

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Alex Hotz Moret

A ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA NA OBRA DE FRANCISCO DE OLIVEIRA

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

**SÃO PAULO
2011**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Alex Hotz Moret

A ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA NA OBRA DE FRANCISCO DE OLIVEIRA

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Economia Política, sob a orientação da Profa. Dra. Laura Valladão de Mattos.

SÃO PAULO

2011

BANCA EXAMINADORA

*– Minha pobreza tal é
que não tenho presente melhor:
trago este papel de jornal
para lhe servir de cobertor
cobrindo-se assim de letras
vai um dia ser doutor.*

(Morte e Vida Severina)
João Cabral de Melo Neto

Para meus pais, meu chão
Para meus irmãos, meu norte

Para João, Maria. Alegria

AGRADECIMENTOS

O trabalho que segue certamente não seria possível sem a colaboração direta ou indireta de diversas pessoas, de tal forma que se torna impossível mencionar a todos sem cometer omissões. No entanto, seria absolutamente injusto deixar de mencionar a importância que algumas pessoas tiveram na construção deste trabalho e, para essas, faço destaque como forma de agradecimento.

Quero agradecer a toda minha família. Minha mãe Neusa, meus irmãos e cunhados, principalmente pela compreensão que tiveram comigo durante estes últimos dois anos. Outros tempos virão, seja como for, estarão sempre presentes.

Agradeço aos meus bons e velhos amigos, companheiros, refúgio seguro. Sou grato a todos, mesmo aqueles que insistiam em insistir para que eu adiasse meus trabalhos. Obrigado pela amizade sincera. Certamente haverá muito tempo para aquelas conversas dispensadas em momentos atarefados.

Nada mais justo do que um agradecimento especial para a professora Laura, minha orientadora. Sem a sua orientação cuidadosa, suas críticas e sugestões, este trabalho certamente não existiria. Aproveito para agradecer ao apoio e paciência nos momentos de angústias, compreendendo as minhas dificuldades pessoais, principalmente devido à escassez de tempo.

Agradeço também aos professores Julio Pires e João Machado, pelas críticas e sugestões durante a avaliação de qualificação. Certamente as orientações concedidas tiveram significativa importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Além disso, quero também agradecer aos professores Carlos Eduardo de Carvalho e Ladislau Dowbor, não somente pelos conteúdos transmitidos durante as aulas, mas principalmente pelas conversas nos corredores e pelo incentivo dado ao longo do curso.

Aproveito para agradecer a todos os meus amigos que compartilharam desta fase de minha vida nesta universidade e que foram importantes interlocutores durante todo o curso: Adalberto, Camila, Cláudia, Leonardo Escobar, Marcelo, Marceldo Del Pieri, Marcos Paulo, Patrick, Renan, entre outros que certamente a memória me trai neste momento.

A todos vocês, o meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

Este trabalho busca relatar as principais contribuições de Francisco de Oliveira para o entendimento da economia política brasileira. Para isso, dividiu-se a produção teórica do autor em três fases, desde a publicação do artigo *Crítica à razão dualista* até o seu mais recente trabalho, intitulado *O ornitorrinco*. O objetivo da análise é apresentar, em cada fase da obra do autor, as contribuições inseridas por Francisco de Oliveira no debate teórico nacional.

Inicialmente será abordada a interlocução feita por Francisco de Oliveira à teoria cepalina-furtadiana, explicitando os aspectos centrais deste debate teórico. Posteriormente serão analisados os trabalhos de Oliveira que constam do seu livro *Economia da Dependência Imperfeita* em que o autor tem como principal preocupação elucidar as características específicas do desenvolvimento capitalista nacional. Por fim, será tratado o ensaio de Oliveira intitulado *O ornitorrinco*, expondo as principais teses elaboradas pelo autor nos últimos anos.

Argumenta-se que Francisco de Oliveira, utilizando-se de um intenso viés crítico, soube produzir uma interpretação diferenciada para cada período analisado de nossa história econômica e introduziu novos elementos à discussão, principalmente por relacionar em sua análise os aspectos sociais, econômicos e políticos.

Palavras-chave: Francisco de Oliveira; Economia Política; Economia Brasileira.

ABSTRACT

This work aim to report the main contributions of Francisco de Oliveira for the understanding the Brazilian political economy. For this , was divided his theory production in three stages: since the article *Crítica à razão dualista (Critique of Dualist Reason)* to his latest work, entitled *O ornitorrinco (The Platypus)*. The purpose of this analysis is present, at each author work stage, the importance of the contributions introduced by Francisco de Oliveira in the national debates.

Initially, will be considered the Francisco de Oliveira's theory in comparison of cepalina-furtadiana theory, explaining the main aspects of this theoretical debate. After, will be analyzed the Oliveira's works contained in his book *Economia da Dependência Imperfeita (Imperfect Dependency Economy)*, on the author main concern is to elucidate the specific features of the capitalist national development. Finally will be treated essays *O ornitorrinco (The Platypus)*, which exposes the main thesis produced by the author in recent years.

It is argued that Francisco de Oliveira, in an intense critical way, know produced different and unique interpretation for each period of our economic history and introduced new elements to discussion, maily relating to his analysis of social, economical and political.

Keywords: Francisco de Oliveira; Political Economy, Brazilian Economy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
 CAPÍTULO 1 – A CRÍTICA AO PENSAMENTO DUALISTA CEPALINO	15
1.1 Breve introdução do pensamento cepalino	17
1.2 As contribuições da Teoria da Dependência	21
1.3 Crítica à razão dualista	24
1.3.1 Arcaicos e modernos: dualidade ou dialética?	27
1.3.2 O processo de industrialização brasileiro	30
1.3.3 O estagnacionismo	33
1.4 Nordeste: Uma aplicação regional da dualidade cepalina	37
1.4 Conclusão	42
 CAPÍTULO 2 – A ESPECIFICIDADE DO CAPITALISMO BRASILEIRO	47
2.1 Relações inter-regionais e o processo de “nacionalização” do capital ...	48
2.2 Contradições estruturais brasileiras: uma análise departamental	50
2.3 As funções do Estado e o tripé capital estatal, privado e externo	62
2.4 Conclusão	65
 CAPÍTULO 3 – O ORNITORRINCO	68
3.1 O novo cenário econômico e o surgimento do Ornitorrinco	70
3.2 O ornitorrinco: uma alegoria da sociedade brasileira	73
3.3 Nova classe social	82
3.4 Conclusão	87
 CONCLUSÃO	90
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como proposta estudar o pensamento social e econômico do intelectual Francisco de Oliveira procurando identificar e analisar as principais fases de sua produção teórica desde a publicação do artigo intitulado *Crítica à razão dualista* até o seu último trabalho denominado de *O ornitorrinco*, ressaltando a contribuição que esses trabalhos tiveram para a construção da economia política brasileira.

O trabalho de Francisco de Oliveira foi escolhido não somente pelo seu grande valor teórico, mas também por se tratar de uma obra densa que atravessou diversos períodos da história econômica nacional e em cada momento contou com uma interpretação peculiar do autor. Essa peculiaridade em suas análises foi facilitada por sua formação teórica, uma vez que Francisco de Oliveira é um sociólogo que contribuiu significativamente para o estudo da realidade econômica brasileira.

Antes de iniciarmos uma investigação mais detalhada a respeito da obra deste pensador, se faz necessário indicar, em linhas gerais, sua trajetória pessoal e sua formação teórica, com o intuito de entender algumas influências que permitiram o desenvolvimento de sua produção intelectual.

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira nasceu na cidade de Recife, no dia 07 de novembro de 1933. Filho dos comerciantes, José Santana de Oliveira e Joventina de Oliveira, foi criado ao lado de mais doze irmãos. Desde jovem já mostrava interesse pelo movimento estudantil e pela militância política, até que no ano de 1952 inicia o curso de Sociologia na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, hoje Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Oliveira terminou o curso em 1956, mesmo ano em que começou a trabalhar no Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Após uma breve passagem por São Paulo, Francisco de Oliveira retornou ao Recife para trabalhar na recém formada Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no ano de 1959, onde conheceu o economista Celso Furtado.

Com o golpe militar de 1964, Francisco de Oliveira, então superintendente substituto na SUDENE, e Celso Furtado passaram a ser perseguidos pelos militares.

Oliveira, que chegou a ficar preso em Recife, mudou-se para o Rio de Janeiro com o objetivo de evitar maiores perseguições. Porém, a situação política do país se complicou ainda mais e Oliveira decidiu se exilar. Em 1965 Francisco de Oliveira iniciou seu trabalho no exterior convidado pela Comissão Econômica para a América Latina (doravante trataremos somente como CEPAL) para trabalhar na Guatemala, com breves passagens por outros países da América Latina. Em meados 1965, rompeu o contrato e foi para o Centro de Estudos Monetários Latino-Americano, no México.

Não suportando mais o exílio, Francisco de Oliveira retornou ao Brasil em 1968, estabelecendo-se na cidade de São Paulo. Em 1970, foi convidado por Octavio Ianni para participar do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

O CEBRAP era composto por uma série de intelectuais que faziam oposição ao regime militar, dentre os quais podemos citar: Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Luiz Werneck Viana, José Arthur Giannotti. Essa instituição foi muito importante na história recente brasileira, pois se tornou um local onde foram produzidos diversos trabalhos teóricos, que tinham como principal objetivo o estudo e a análise dos problemas brasileiros, além de ser uma instituição independente do Estado e da Academia, o que garantia certa liberdade ideológica. Por esse motivo, os trabalhos produzidos e publicados no CEBRAP sofriam com a forte censura existente no país.

Francisco de Oliveira trabalhou nesta instituição de 1970 a 1983, ano em que decidiu fazer pós-graduação na França. Retornou para o CEBRAP em 1993 assumindo a presidência, função que exerceu até o ano de 1995, quando se desligou oficialmente da instituição. O trabalho no CEBRAP foi muito importante para o desenvolvimento intelectual de Oliveira. Foi nessa instituição, que ele escreveu seus trabalhos mais importantes: *Crítica à razão dualista*, *Elegia para uma re(li)gião*, *A economia da dependência imperfeita*, obras que são objetos de análise neste presente trabalho.

Francisco de Oliveira dedicou a maior parte de sua vida ao trabalho acadêmico, lecionando ao mesmo tempo em que exercia atividades de pesquisa. Foi professor do curso de Pós-graduação em Economia da PUC-SP entre os anos de 1980 e 1988, quando começou a lecionar na Universidade de São Paulo (USP). Em

1998, aposentou-se como professor titular do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e no ano de 2008 recebeu título de professor emérito desta mesma universidade.

Como podemos perceber, Francisco de Oliveira teve uma formação teórica multifacetada, unindo a Sociologia com a Ciência Econômica. Essa característica faz com que as suas análises tenham uma intensa recusa ao “economicismo”. Oliveira sempre considerou a economia como uma ciência social que não pode ser estudada isoladamente, excluindo os fenômenos políticos e sociais que alimentam as estruturas da sociedade.

Além disso, Francisco de Oliveira sempre atuou no cenário político brasileiro. Foi um dos petistas de primeira hora, participando do processo de criação do Partido dos Trabalhadores (PT) no final da década de 1970. Tornou-se um dos mais importantes intelectuais do PT, chegando a coordenar a pasta de Desenvolvimento Regional no governo paralelo de Luiz Inácio Lula da Silva. Mesmo sendo um integrante do PT, Oliveira foi sempre um intelectual independente e nunca se intimidou em produzir críticas do seu próprio partido.

Após a eleição de Lula no ano de 2002, Francisco de Oliveira chegou a declarar que “*a vitória do Lula é uma espécie de refundação do Brasil*” (OLIVEIRA, 2002), porém, passado aproximadamente um ano dessa declaração, se desligou oficialmente do PT, criticando o caminho continuísta das políticas econômicas neoliberais e de políticas sociais assistencialistas que o governo Lula adotou. Oliveira é considerado um dos mais importantes intelectuais de esquerda e ainda hoje exerce função ativa entre a intelectualidade brasileira.

Francisco de Oliveira se considera um teórico marxista, porém não vulgariza a utilização do marxismo como ferramenta crítica, afirmando que usa “*a teoria de Marx para entender a sociedade contemporânea*” (OLIVEIRA, 2005) e que “*a exigência do marxismo é de tratar uma realidade complexa e não a reduzi-la a tipos simples*” (OLIVEIRA, 2005). Segundo ele, essa redução empobreceu parte da literatura marxista nacional, principalmente no que se refere à compreensão da realidade social e econômica brasileira.

A forma de interpretação utilizada por Francisco de Oliveira foi influenciada pelas teses da *teoria da dependência* que também não isolavam os fatores sociais, políticos e econômicos. Na realidade, Francisco de Oliveira, para construir sua

análise da economia brasileira, apropriou-se de algumas formulações da chamada *teoria da dependência*, somando-as com suas próprias interpretações de origem marxista.

Foi a partir das discussões teóricas existentes no CEBRAP que Oliveira produziu seu primeiro grande trabalho, o ensaio publicado em 1972 na revista do CEBRAP com o título de *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Depois disso, Francisco de Oliveira produziu diversos trabalhos até chegar à sua mais recente publicação intitulada *O ornitorrinco* (2003a). Nesse novo ensaio, o autor dialoga com o seu primeiro grande trabalho ao mesmo tempo em que apresenta sua tentativa de interpretação da atual situação social e econômica da realidade brasileira.

Não por acaso, essas duas obras foram publicadas recentemente em um mesmo livro. Trata-se de uma análise da história econômica brasileira que contaram com uma interpretação atenta de Francisco de Oliveira. Esse caminho teórico percorrido pelo autor, durante os trinta anos de intervalo que separam estas duas obras citadas, será o objeto de análise no trabalho que será apresentado nos capítulos seguintes.

Consideramos que uma análise detalhada da obra de Oliveira irá contribuir tanto para o resgate do pensamento econômico brasileiro como também pode nos auxiliar no entendimento da atual situação socioeconômica nacional, carente de uma compreensão ampla e radical, no próprio sentido marxista.

Cabe esclarecer que, segundo o próprio Marx, “*ser radical significa tomar as coisas pela raiz*”. Nesse sentido uma crítica radical é, em linhas gerais, analisar o objeto de estudo detalhadamente e interpretá-lo considerando toda sua complexidade. Em suas interpretações, Francisco de Oliveira ambiciona radicalizar a crítica no sentido mencionado por Karl Marx, o que realmente lhe dá o título de um crítico radical.

No primeiro capítulo, será exposta a crítica formulada por Francisco de Oliveira ao pensamento cepalino, principalmente a Celso Furtado, considerado o maior expoente da teoria cepalina no Brasil. Essa interlocução feita à obra cepalina-furtadiana ocorreu durante a primeira fase da produção teórica de Oliveira publicada nos trabalhos intitulados *Crítica à razão dualista* (2003a) e *Elegia para uma re(li)gião* (1993).

Crítica à razão dualista é um trabalho que aborda a economia política brasileira sob a égide marxista. Dessa forma, estão inseridos na análise de Oliveira tanto os aspectos econômicos como os sociais, considerando as relações políticas entre as classes sociais brasileiras. Como já foi dito acima, esse trabalho foi produzido no CEBRAP e sofreu forte influência de formulações da *teoria da dependência*, principalmente no que se refere à análise dos aspectos internos e às relações mantidas entre as classes sociais.

Basicamente, podemos dizer que a crítica formulada por Oliveira aos teóricos cepalinos encontra-se no fato de que esses não consideravam as relações sociais internas de produção e o papel exercido pelo Estado no processo de expansão capitalista brasileiro. Com relação à *questão Nordeste*, Oliveira se dirige diretamente a Celso Furtado e, utilizando-se do mesmo arsenal teórico marxista, critica as propostas deste pensador para o desenvolvimento do Nordeste que são formuladas através da regionalização dos conceitos cepalinos para um contexto inter-regional brasileiro.

No segundo capítulo abordaremos algumas discussões colocadas por Oliveira no livro *A economia da dependência imperfeita* (1989). Nos artigos inseridos neste trabalho, o autor tem o claro objetivo de discutir a especificidade do capitalismo brasileiro através de uma análise interdepartamental de cunho marxista. Será exposto neste segundo capítulo, a interpretação de Oliveira quanto ao processo de acumulação capitalista no Brasil ressaltando como ocorreu sua forma de financiamento e a importância exercida pelo tripé capital estatal, privado e estrangeiro.

Consideraremos essa como a segunda fase da obra de Oliveira, uma vez que nesse momento, o autor dedica-se mais intensamente a relatar as *especificidades* do desenvolvimento capitalista brasileiro e se distancia de uma interlocução direta com o pensamento cepalino.

No terceiro capítulo veremos o que consideramos ser a terceira fase da obra de Francisco de Oliveira. Para tanto, utilizaremos como objeto de estudo o artigo denominado *O ornitorrinco* (2003a), pois entendemos ser o resultado das pesquisas realizadas por Oliveira nos últimos anos.

Nesse terceiro capítulo explicitaremos a interpretação de Francisco de Oliveira sobre a situação atual da sociedade brasileira, considerando os avanços

tecnológicos ocorridos nos últimos anos e suas conseqüências para a economia nacional, como também, a situação política em que se encontra o país recentemente. Trata-se de uma análise produzida pelo autor em um cenário interno e externo significativamente distinto daquele existente nas fases anteriores de sua produção teórica.

Por fim, apresentaremos uma síntese das principais análises produzidas por Francisco de Oliveira, assim como, as nossas conclusões construídas ao longo deste trabalho, ressaltando contribuição deste pensador para a construção da economia política brasileira.

CAPÍTULO 1 – A CRÍTICA AO PENSAMENTO DUALISTA CEPALINO

Neste primeiro capítulo pretendemos analisar a interlocução feita por Francisco de Oliveira ao pensamento estruturalista cepalino, que teve Celso Furtado como o maior expoente no Brasil. Essa crítica formulada por Oliveira marca a primeira fase de sua produção teórica e foi responsável por lançar o autor na discussão da realidade econômica nacional. Vale dizer que seus trabalhos produzidos neste período transformaram-se em bibliografia obrigatória no estudo do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Mostraremos também que a crítica feita por Francisco de Oliveira ao pensamento cepalino não está somente em seu ensaio de 1972, “*A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*”, futuramente transformado no livro *Crítica à razão dualista* (2003a). Oliveira, em sua obra *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes* (1977), faz uma discussão diretamente relacionada às propostas de reforma do Nordeste brasileiro feita por Celso Furtado. Neste trabalho, Francisco de Oliveira dialoga com a produção furtadiana para o Nordeste que tinha em sua essência a regionalização e aplicação das teorias da CEPAL para o contexto da economia brasileira. Essa crítica de Oliveira ao pensamento cepalino produzida nos dois momentos citados acima será discutida no presente capítulo.

Antes de iniciarmos nossa análise detalhada da obra de Francisco de Oliveira, iremos expor brevemente as principais idéias do pensamento cepalino furtadiano, que será discutida por Oliveira na primeira fase de sua produção teórica. Resumiremos também as principais contribuições da chamada Teoria da Dependência com o intuito de descrever as principais teorias que influenciaram a produção do autor ao longo de sua obra. Com isso, pretendemos contextualizar o debate teórico existente no instante que Francisco de Oliveira inicia sua produção teórica.

É importante ressaltar que a partir da década de 50, o pensamento econômico brasileiro passa a ser elaborado no bojo de tendências e ideologias distintas que disputam espaço no cenário teórico intelectual brasileiro. Essa discussão desenvolve-se concomitantemente com a fase de consolidação do Brasil

como um país urbano-industrial e traz um debate que reflete os interesses das classes dominantes e projetos distintos de transformação nacional.

Nesse contexto, surgem no Brasil pensadores econômicos de diversas correntes que passam a contribuir para a construção de uma literatura sócio-econômica nacional. É assim que trabalhos de grande valor teórico são produzidos e discutidos, compondo um novo campo intelectual dentro do pensamento social brasileiro. Dentre esses pensadores podemos citar, por exemplo, Roberto Campos, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Fernando Henrique Cardoso etc. A maioria desses trabalhos sofreu uma grande influência inicial do pensamento cepalino-estruturalista, que apresenta uma análise do processo de desenvolvimento específico da formação capitalista dos países atrasados da América Latina.

Dentre esses autores destaca-se Celso Furtado como o mais brilhante economista da primeira geração da CEPAL, que constrói uma vasta obra em que dá uma formulação refinada à concepção de Raúl Prebisch sobre as relações centro-periferia e que explica o processo de industrialização dos países subdesenvolvidos da América Latina em termos do modelo de industrialização por substituição de importação, tendo sempre como referência o processo brasileiro.

No decorrer da década de 60, há o surgimento de críticas ao pensamento cepalino motivadas, em grande medida, pela crise do modelo de industrialização por substituição de importação na América Latina e no Brasil, que não havia solucionado problemas históricos, tais como dependência externa, concentração de renda, desemprego, exclusão social, agravados pela inflação e estrangulamentos na infraestrutura. Parte dessa crítica surge no âmbito do próprio pensamento estruturalista e tem como alguns de seus principais pensadores Maria da Conceição Tavares, José Serra, que são intelectuais brasileiros da segunda geração da CEPAL.

Temos também, neste período, o surgimento de teses que serão a base para a construção do que virá a ser a Teoria da Dependência, cujos maiores expoentes são Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Além dessas duas vertentes, ganham expressão as análises de alguns pensadores influenciados pelas formulações marxistas, dentre os quais podemos citar Ignácio Rangel, Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini.

Em meio a esse complexo processo, surge, na década de 70, a produção teórica de Francisco de Oliveira que ao longo de sua formação, sofreu influências do estruturalismo-cepalino e do pensamento socialista. Francisco de Oliveira apresentou uma nova leitura das formas de acumulação capitalista no Brasil, sob uma vertente marxista, fazendo uma crítica ao pensamento dualista da CEPAL e tornando-se um importante interlocutor das análises cepalinas e furtadianas no Brasil.

A forma de interpretação utilizada por Francisco de Oliveira foi, como já mencionado, fortemente influenciada pelas teses da teoria da dependência que também não isolavam os fatores sociais, políticos e econômicos. Na realidade, Francisco de Oliveira, para construir sua análise da economia brasileira, apropriou-se de algumas formulações dos teóricos da dependência somando-as com suas interpretações de origem marxista.

1.1 Breve introdução do pensamento cepalino

Para que possamos melhor compreender a crítica efetuada por Francisco de Oliveira ao pensamento cepalino-furtadiano, descreveremos abaixo as principais idéias defendidas pela CEPAL e por Celso Furtado e que serão criticados por Oliveira. Não se trata de uma exposição detalhada das principais teses cepalinas e sim de uma breve colocação teórica para que possamos entender a interlocução produzida por Francisco de Oliveira.

A CEPAL foi uma instituição criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1948, com o objetivo de analisar especificamente as tendências econômicas e sociais do desenvolvimento capitalista latino-americano, além de propor políticas de superação do subdesenvolvimento.

Composta por economistas latino-americanos, a CEPAL contribuiu significativamente para o entendimento do sistema capitalista na região “periférica”. Seu principal teórico foi Raúl Prebisch, formulador das diretrizes básicas do pensamento cepalino, auxiliado por outros intelectuais, dentre os quais se

destacaram: Celso Furtado, José Medina Echavarría, Aníbal Pinto, entre outros. (BIELSCHOWSKY, 1998, p.39).

A CEPAL teorizou sobre o subdesenvolvimento latino-americano, afirmando que o subdesenvolvimento não era uma etapa necessária no processo de evolução das economias capitalistas e, analisando as estruturas econômicas dos países periféricos, afirmava que essas estruturas eram entraves ao desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, impediam que os países latino-americanos superassem a condição de países atrasados e subordinados no cenário capitalista mundial.

Segundo a teoria cepalina, a geração de desigualdade era inerente ao processo de desenvolvimento capitalista mundial, pois, os países centrais absorviam parte dos frutos do progresso técnico gerado nos países periféricos. Com isso, estes últimos se perpetuavam em uma condição atrasada e subordinada no cenário capitalista mundial. (PREBISCH, 1998, p.83).

[...] Na CEPAL a “condição periférica” era interpretada como determinante de problemas a serem superados por políticas econômicas e sociais bem orquestradas, a nível nacional e internacional, ou seja, não significava fonte de exploração insuperável que implicasse necessidade de ruptura como o capitalismo. (BIELSCHOWSKY, 1998, p.39).

Como relata Ricardo Bielschowsky, a “condição periférica” poderia ser superada, com um projeto de reforma executado pelo Estado, mesmo dentro da lógica de reprodução do sistema capitalista, logo, não se tratava de propor uma ruptura com o capitalismo.

Como forma de superação dessa condição, os teóricos cepalinos afirmavam que os países periféricos deveriam executar profundas reformas – agrária, tributária, financeira – com o objetivo de transformar sua estrutura econômica com o objetivo de incentivar o processo de industrialização. Isto é, para os cepalinos a industrialização era uma ferramenta de superação do subdesenvolvimento. (BIELSCHOWSKY, 1998, p.43).

Dentre os pensadores cepalinos no Brasil, podemos dizer que Celso Furtado foi o maior expoente, uma vez que aplicou o arsenal teórico cepalino para

compreender a realidade econômica brasileira e propor um projeto de desenvolvimento nacional. (BIELSCHOWSKY, 1998, p.22).

Compartilhando das teses cepalinas, Celso Furtado afirmava que as características estruturais internas brasileiras eram antagônicas ao desenvolvimento econômico nacional e para isso o Estado deveria formular políticas de incentivo à industrialização no Brasil. (FURTADO, 1972, p. 241).

Segundo Furtado, o Estado deveria manter uma política contrária à concentração de terras e à criação latifúndios, uma vez que a existência desses fatores prejudicavam o aumento da produtividade, além de serem um dos maiores empecilhos à permanência do trabalhador rural no campo. Para Celso Furtado, estes trabalhadores estavam presos a uma lógica produtiva que não lhes permitia progredir, fazendo com que eles migrassem para os centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida. Esse excesso de mão-de-obra ociosa nos centros urbanos barateava a remuneração dos trabalhadores, pressionando os salários negativamente. (FURTADO, 1972, p. 242).

Celso Furtado afirmava que essa tendência ao rebaixamento dos salários tornava-se um dos principais fatores que impedia o Brasil de conservar os frutos de seu próprio progresso técnico, pois ao reduzir os salários pagos para a população, além de dificultar que essa população absorvesse o excedente produtivo dos demais países, barateava os preços dos produtos primários em relação aos produtos industriais. Dessa forma, podemos dizer que para Furtado a coexistência de setores com estruturas arcaicas e modernas dificultavam o desenvolvimento capitalista brasileiro.

Quando descreveu o processo de industrialização brasileiro, Furtado afirmava que este processo ocorreu através do chamando modelo de *industrialização por substituição de importações*. Segundo ele, em linhas gerais, a atividade industrial brasileira iniciou-se produzindo bens que anteriormente eram importados. O estímulo a essa produção interna ocorreu devido a dificuldades externas para importação. Assim sendo, os choques externos teriam incentivado os setores internos da economia brasileira a substituírem os produtos antes importados e deslocou o centro dinâmico da economia, até então agrária exportadora, para urbano industrial baseado no desenvolvimento das atividades ligadas ao mercado interno. (FURTADO, 1972, p. 222).

Assim, segundo este autor, o processo de desenvolvimento industrial brasileiro foi espontâneo, estimulado por adversidades externas, sem participação ativa do Estado. Segundo Furtado, a implantação da política de desvalorização cambial atendeu ao setor cafeeiro, porém esta desvalorização do câmbio, somada com as dificuldades de importação, teve como consequência involuntária o desenvolvimento do processo de industrialização brasileiro. (FURTADO, 1972, p. 193).

Para Celso Furtado, entretanto, o modelo de industrialização substitutiva possuía limitações e uma tendência à estagnação. Segundo ele, após a primeira fase deste processo em que as atividades industriais substituíam os bens de consumo não duráveis, viria uma segunda fase em que seria necessária a substituição de importação de bens de consumo duráveis e de bens de capital. (FURTADO, 1968).

Nessa segunda fase do processo substitutivo, as empresas de bens de capital, por possuírem um mercado relativamente restrito, somente teriam condições de desenvolverem suas atividades, com os preços em níveis extremamente elevados. Essa elevação nos preços dos equipamentos tenderia a reduzir a taxa de lucro dos demais setores e, para anular essa tendência, foram utilizadas tecnologias importadas poupadoras de mão-de-obra. Essas tecnologias geraram uma maior concentração de renda ao passo que reduziram o nível de emprego da economia. (FURTADO, 1968).

Segundo Celso Furtado, o desencadeamento desse processo levaria à estagnação econômica, uma vez que, ocorrendo uma elevação nos preços dos equipamentos que poupam mão-de-obra, a quantidade necessária de capital despendido para aquisição dos mesmos aumentaria. Para manter a taxa de lucro, os industriais necessitariam repassar os novos custos. Na medida em que esses equipamentos geravam uma redução no nível de emprego e conseqüentemente da renda, existia uma redução no consumo, o que não permitia um repasse de custo ainda maior por parte dos industriais. Isto é, para Furtado, a tendência à estagnação surge através da incapacidade de consumo dos bens industriais devido à pressão exercida na renda através dos equipamentos poupadores de mão-de-obra. (FURTADO, 1968).

1.2 As contribuições da Teoria da Dependência

Como vimos acima, a partir do término da 2ª Guerra Mundial o processo de desenvolvimento econômico dos países da América Latina passou a ser discutidos pelos teóricos latino-americanos. A partir de então, surgiram produções de diversas correntes ideológicas, dentre as quais se destacaram os trabalhos da CEPAL, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento do debate teórico existente naquele momento.

O modelo de desenvolvimento que passou a ser comumente proposto pela CEPAL estava ligado ao desenvolvimento das atividades internas de produção, intensificando assim o processo de industrialização. As definições referentes ao processo de industrialização estavam ligadas ao modelo de substituição de importação e às relações entre “centro” e “periferia” descritas pela CEPAL. Ou seja, as discussões referentes ao desenvolvimento econômico estavam centradas, basicamente, na análise econômica.

Em meio a essas discussões surge a chamada *Teoria da Dependência* que veio acrescentar a esse debate uma análise de cunho social e político. Segundo os “teóricos da dependência” se fazia necessário acrescentar a essa discussão uma interpretação sociológica, considerando as relações políticas, econômicas e sociais internas.

Evidentemente que não se tratou de uma negação da interpretação econômica, nem tampouco sua substituição pela perspectiva sociológica. O objetivo foi inserir na análise estrutural econômica, as argumentações sob a égide das relações sociais e as condições históricas em que essas ocorreram.

Assim, podemos dizer que os teóricos da dependência deram origem a um novo modo de interpretação cujos objetos da análise passaram a ser:

[...] os condicionantes econômicos do mercado mundial, inclusive o equilíbrio internacional do poder; a estrutura do sistema produtivo nacional e seu tipo de vinculação com o mercado externo; a configuração histórica-estrutural de tais sociedades, com suas formas de distribuição e manutenção do poder, e, sobretudo os movimentos políticos-sociais que pressionam para a mudança com

suas respectivas orientações e objetivos. (CARDOSO & FALETTO, 1970, p. 23).

Esse novo modo de interpretação veio confrontar as teses que justificavam a industrialização periférica como sendo parte exógena do processo de desenvolvimento capitalista global.

Segundo Cardoso & Faletto, expoentes da teoria da dependência, não poderíamos explicar o processo de industrialização nos países periféricos somente pela expansão capitalista dos países centrais, uma vez que a industrialização na América Latina ocorreu justamente em um momento de crise econômica de proporção mundial. Obviamente, não deveríamos deixar de considerar a importância que o capital estrangeiro exerceu nesse processo de formação industrial, porém este não era o único fator, nem ao menos o fator dominante. Isto é, a participação externa no desenvolvimento industrial latino americano teve considerável importância, porém não deve ser vista como motivo central.

Segundo a teoria da dependência, definir o subdesenvolvimento somente do ponto de vista estrutural – predomínio do setor primário, economia dependente do setor externo e concentracionista – é reduzir a definição ao campo unicamente econômico, ignorando-se o processo histórico responsável pelo surgimento da dependência sofrida pelos países subdesenvolvidos em relação aos países capitalistas desenvolvidos.

Para analisar a estrutura dos países subdesenvolvidos deveríamos considerar não somente as estruturas econômicas, mas também os fatos políticos e sociais que foram ocasionados pela expansão capitalista dos países centrais. Dessa forma, a análise dos teóricos da dependência é particular a cada país da América Latina uma vez que considerava que as formações sociais são diferentes em cada um desses países.

Comumente se classificavam as formas sociais existentes nos países subdesenvolvidos como sociedades “tradicionais” e quando esses países estavam em processo de desenvolvimento, entendia-se que essas classes estariam mudando suas formas seguindo o modelo das “sociedades modernas”, desenvolvidas. Essa classificação, no entender dos teóricos da dependência, era demasiadamente simplista e ignorava as relações de força e dominação que coexistiam nesse processo. Para os “dependentistas”, o processo de desenvolvimento não

necessariamente supera a sociedade tradicional, permitindo assim, uma coexistência entre as diversas formas sociais.

Segundo Cardoso & Faletto, o conceito de “centro” e “periferia” definido pela CEPAL, possuía um amplo sentido, na medida em que demonstrava imediatamente, uma relação desigual entre os dois pólos. Porém, o equívoco dessa classificação estava em considerar apenas os aspectos estruturais econômicos, deixando de considerar que as estruturas econômicas da sociedade poderiam ser alteradas mantendo-se inalteradas as relações sociais internas. Outro fato a ser considerado seria a influência que os grupos sociais externos exerciam nos grupos internos quando ocorria a integração das economias subdesenvolvidas no cenário econômico mundial. Dessa forma, ficava clara a insuficiência em discutir o processo de desenvolvimento, apenas sob o ponto de vista unicamente econômico.

Para permitir a passagem da análise econômica ou da interpretação sociológica usuais para uma interpretação global do desenvolvimento é necessário estudar desde o início as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas, não só nessa sociedade e entre elas, mas também com relação aos países desenvolvidos, pois a especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades “periféricas” e “centrais”. (CARDOSO & FALETTO, 1970, p. 25).

Segundo os teóricos da Dependência, o processo de desenvolvimento deveria ser entendido como:

Resultado da interação de grupos e classes sociais que tem um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico. A estrutura social e política vai-se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade. (CARDOSO & FALETTO, 1970, p. 22).

Nesse contexto, as teorias construídas pelos teóricos da dependência, tinham por objetivo enfatizar a análise das relações internas e não somente das relações externas, como era de costume entre os teóricos cepalinos. Porém não deixava de considerar as conseqüências geradas pelas relações externas nas estruturas internas. Isto é, a análise da dependência busca demonstrar as relações existentes

entre os fatores estruturais internos e externos, seja do ponto de vista social, econômico ou político.

Segundo os “dependentistas”, a situação de dependência se encontrava na falta de autonomia dos centros políticos das nações subdesenvolvidas para determinar as ações políticas e econômicas nacionais, ficando submetidos às pressões externas. Cabe ressaltar que não se tratava de um processo imposto pelos grupos sociais externos e sim, possibilitado pelos grupos internos que se aliavam aos grupos externos para se modernizarem e assim, facilitar a sua própria acumulação capitalista.

Dessa forma, podemos concluir que, segundo os teóricos da dependência, nas economias dependentes, a inserção das relações externas na lógica interna de produção permitia a acumulação capitalista, porém, não necessariamente, necessitava de alterar as antigas formas de dominação interna, possibilitando o “*desenvolvimento dependente*”.

As teses defendidas pelos teóricos da dependência geraram uma grande discussão entre os intelectuais brasileiros e influenciaram na formação teórica de diversos cientistas sociais. Veremos que os trabalhos produzidos por Francisco de Oliveira tiveram grande influência desta teoria.

1.3 Crítica à razão dualista

Como mencionado, o trabalho de Francisco de Oliveira intitulado *A economia brasileira: crítica à razão dualista* foi publicado pela primeira vez em *Estudos Cebrap* nº 2 no ano de 1972. Somente em 1981 foi transformado em livro. Vivíamos em plena ditadura militar comandada pelo General Médici, período conhecido como “os anos negros da ditadura”. A repressão e a censura se intensificavam, dificultando a publicação de trabalhos que tinham por objetivo analisar a realidade brasileira. Em meio a esse processo, o ensaio de Oliveira teve considerável importância quando, escapando da censura, se transformou em mais um importante trabalho produzido no CEBRAP. Influenciou diversos estudantes e intelectuais que, desde logo, passaram a discutir as teses levantadas neste trabalho.

Conforme lembrado por Roberto Schwarz, o título de *Crítica à razão dualista* faz alusão ao livro publicado no ano de 1960 por Jean-Paul Sartre, cujo título era *Crítica da razão dialética* (2002). Segundo Schwartz, neste livro Sartre “procurava devolver à atualidade o marxismo, a própria dialética e a revolução, sob o signo de uma filosofia da liberdade” (SCHWARZ, 2003, p. 12). Do mesmo modo, o ensaio de Oliveira também buscava uma interpretação de origem marxista da sociedade brasileira naquele período.

Embora tenha a teoria cepalina como principal objeto de discussão, o autor também se opôs de maneira arriscada às políticas econômicas e sociais adotadas pelo governo militar. Francisco de Oliveira, neste momento já apresentava ao público seu “perfil quixotesco” – expressão utilizada por Roberto Schwarz (2003) – e se refere aos economistas do governo militar como os “sem razão”, atribuindo a eles grande parte dos problemas brasileiros.

É necessário notar que, mesmo contestando os principais argumentos cepalinos, esta análise não pretendia negar as contribuições teóricas da CEPAL para o desenvolvimento da ciência econômica latino-americana. Segundo Francisco de Oliveira, as teorias oriundas do “modelo CEPAL” eram as únicas que permitiam uma interlocução. Dessa forma, o autor fazia uma dura crítica aos economistas conservadores brasileiros, que mesmo não tendo produzido nenhuma teoria plausível, faziam oposição às análises construídas pela CEPAL.

O esforço reinterpretaivo que se tenta neste trabalho suporta-se teórica e metodologicamente em terreno completamente oposto ao do dual-estruturalismo: não se trata, em absoluto, de negar o imenso aporte de conhecimento bebido diretamente ou inspirado no “modelo CEPAL”, mas exatamente de reconhecer nele o único interlocutor válido, que ao longo dos últimos decênios contribuiu para o debate e a criação intelectual sobre a economia e a sociedade brasileira e latino-americana. Mesmo porque a oposição ao “modelo CEPAL”, no período assinalado, não se fez nem se deu em nome de uma postura teórica mais adequada [...] Como pobres papagaios, limitaram-se durante décadas a repetir os esquemas aprendidos nas universidades anglo-saxônicas sem nenhuma perspectiva crítica, sendo rigorosamente nulos seus aportes à teoria da sociedade latino-americana. Assim, ao tentar-se uma “crítica à razão dualista”, reconhece-se a impossibilidade de uma crítica semelhante aos “sem razão”. (OLIVEIRA, 2003a, p. 32).

Podemos dizer que Francisco de Oliveira, para produzir sua crítica ao pensamento dualista cepalino, se apegou a três elementos fundamentais: Primeiro, a importância que os setores atrasados desempenhavam para a expansão dos setores modernos, dentro da dinâmica de evolução do sistema capitalista. Segundo, a função exercida pelo Estado no processo de industrialização brasileiro. Terceiro, a importância que as relações sociais e econômicas internas tiveram para facilitar o processo de acumulação capitalista nacional.

[...] Ao fazer a “*crítica à razão dualista*”, ao mostrar a simbiose do “arcaico” e “moderno” do formal e do informal e o modo como essas relações eram tecidas, postas e repostas na lógica mesma da acumulação capitalista, Chico definia um outro plano de referência que projetava as figuras do “atraso” – a urbanização caótica, o terciário inchado, a economia de subsistência e o cada vez mais amplificado universo do trabalho informal, a pobreza que se espalha por todos o lados – no centro da mesma moderna economia urbana[...].(BAVA, 2006, p. 184).

Francisco de Oliveira afirmava que o modo de produção subdesenvolvido, que pressupõe a existência de setores atrasados e modernos, tal como os teóricos dualistas formulavam, sempre existiu em diversos sistemas e em quase todos os períodos de desenvolvimento. Para o autor, o subdesenvolvimento latino-americano era uma produção do próprio sistema capitalista que se utilizou das economias pré-industriais da América Latina como reserva de acumulação primitiva. (OLIVEIRA, 2003a, p. 32).

Segundo Oliveira, os teóricos do subdesenvolvimento não analisavam as relações sociais e econômicas internas, tratando o problema do subdesenvolvimento apenas sob a ótica das relações externas. Assim, para o autor, o arsenal teórico cepalino contribuiu para a ausência de teorias mais complexas referentes ao capitalismo brasileiro. Segundo ele, todas as análises subseqüentes não conseguiram superar as conclusões cepalinas e, para que essa superação fosse possível, se fazia necessário uma crítica radical ao processo de expansão capitalista em curso, assim como às teorias que pretendiam descrever este processo. (OLIVEIRA, 2003a, p. 34).

1.3.1 Arcaicos e modernos: dualidade ou dialética?

Uma das principais críticas que Francisco de Oliveira fez ao pensamento cepalino furtadiano refere-se à função que os setores arcaicos desempenharam para a expansão do sistema capitalista brasileiro, principalmente com relação ao setor agrário e ao setor terciário.

No que se refere ao setor agrário, Francisco de Oliveira afirmava que a agricultura manteve sua característica primitiva e concentradora de renda e embora tenha deixado de ser o setor prioritário no cenário de desenvolvimento nacional, ela teve grande importância no desencadear do processo industrial. Uma estrutura agrária primitiva, na sua visão, facilitava a acumulação capitalista de duas formas: Ao fornecer mão-de-obra excedente, que gerava um exército industrial de reserva, e auxiliava no rebaixamento dos níveis salariais, e também ao baratear os produtos que compunham a cesta do trabalhador – e, conseqüentemente, reduziam os custos da reprodução da força de trabalho – facilitando a acumulação capitalista. (OLIVEIRA, 2003a, p. 42).

Assim, não é simples o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando-se, que autoriza a construção de um modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. (OLIVEIRA, 2003a, p. 47).

Como mostra o fragmento acima, para Francisco de Oliveira, não havia uma relação oposta entre o pólo “moderno” e o “arcaico”. Na lógica do desenvolvimento capitalista, esses pólos interagiam e permitiam o avanço do sistema. Dessa forma, Oliveira se contrapõe a teoria cepalina, que afirmava que a coexistência de setores “modernos” e “arcaicos” era antagônica ao processo de desenvolvimento capitalista nacional.

Quando descrevia o processo de industrialização brasileira, o autor mais uma vez contestava a tese cepalina quando contrariava a idéia de que a industrialização brasileira era restringida pela falta do mercado consumidor rural. Segundo Oliveira, a industrialização nunca precisou do mercado rural para se desenvolver. A indústria sempre focou seu desenvolvimento no plano urbano.

Francisco de Oliveira ressaltava que embora a agricultura tenha sofrido com as políticas de mudança para o “novo” modelo, ela foi recompensada pela permissão em manter sua característica “primitiva” de grande exploração da força de trabalho rural.

Quando trabalhou a questão do setor terciário, o autor foi incisivo em contrariar a teoria cepalina que afirmava que o setor terciário era “*inchado*”. Para ele, o crescimento do setor terciário fazia parte da expansão capitalista brasileira na medida que absorvia cada vez mais a força de trabalho. Este setor estava inserido de maneira dinâmica na lógica de acumulação capitalista e contribuiu para acentuar a má distribuição de renda no Brasil. Vale dizer que, no setor terciário, os níveis salariais baixíssimos permitiam a transferência de parte da mais-valia ao setor produtivo.

A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 2003a, p. 60).

Ainda com relação ao setor terciário, Francisco de Oliveira dizia que era possível perceber uma evolução dos serviços com um grau de capitalização muito pequeno, que na verdade, utilizava-se da grande oferta de força de trabalho a preços demasiadamente baixos. Esses serviços fornecidos à população de baixa renda beneficiavam, no limite, as grandes unidades capitalistas. Segundo Oliveira, essa foi mais uma forma que a evolução do capitalismo no Brasil utilizou, aumentando ainda mais a acumulação e a concentração de renda. Isto é, o capitalismo no Brasil se utilizou de uma periferia não capitalista para seu desenvolvimento.

Francisco de Oliveira afirmava que o desenvolvimento econômico brasileiro é consequência da expansão capitalista, porém esse desenvolvimento possuía algumas características específicas que certamente se diferenciavam do modo clássico de desenvolvimento capitalista.

[...] A “especificidade particular” de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga “periferia” onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema. (OLIVEIRA, 2003a, p. 69).

A citada “*especificidade particular*” do desenvolvimento brasileiro é, portanto, justamente a coexistência de dois modos de acumulação aparentemente opostos, isto é, o modo “primitivo”, baseado na estrutura primário-exportadora e o modo “moderno”, baseado na acumulação capitalista pela ótica da industrialização. Ao contrário do modelo clássico, onde o antigo modo de produção era um obstáculo para o desenvolvimento do “moderno” e logo precisava ser destruído, no caso brasileiro, segundo Oliveira, não havia a exigência da destruição do antigo modo de acumulação e sim uma coexistência entre esses dois pólos:

Ao contrário do modelo “clássico”, que necessitava absorver sua “periferia” de relações de produção, o esquema num país como o Brasil necessitava criar sua “periferia”. (OLIVEIRA, 2003a, p. 66).

Percebemos que Francisco de Oliveira se utiliza da teoria marxista de desenvolvimento *desigual e combinado* para explicar o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Na realidade Oliveira se apropria, em parte, das formulações marxistas desenvolvidas por Leon Trotsky – que teoriza esse processo considerando a história da Rússia (TROTSKY, 1967). Na leitura de Oliveira, o sistema capitalista gerava desigualdades que eram necessárias para a sua própria expansão. Assim, Oliveira nega a existência de uma dualidade entre os setores atrasados e modernos e procura elucidar suas verdadeiras funções no processo do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Na verdade, o cerne da crítica de Oliveira ao pensamento cepalino encontrava-se na forma como se concebia o processo de desenvolvimento capitalista mundial. Para os cepalinos o desenvolvimento capitalista gera desigualdades que devem ser superadas através de políticas econômicas executadas pelo Estado. Francisco de Oliveira relata que essas desigualdades fazem parte do movimento de expansão capitalista e que ela é utilizada como ferramenta para permitir a acumulação de capital. Assim, enquanto para os

cepalinos esse movimento era somente desigual, para Oliveira o desenvolvimento capitalista era desigual e combinado.

1.3.2 O processo de industrialização brasileiro

Outra crítica feita por Francisco de Oliveira ao pensamento cepalino-furtadiano está relacionada ao modo como estes autores descreviam o processo de industrialização no Brasil. Segundo Oliveira, os teóricos cepalinos não consideraram a participação que o Estado exerceu neste processo e explicaram o desencadeamento da industrialização considerando somente as mudanças nas relações externas.

Com o intuito de desenvolver a sua interpretação do processo de industrialização brasileiro, Oliveira inicia a sua análise destacando a importância que a Revolução de 1930 teve para no processo de alteração da estrutura econômica brasileira de agrário-exportadora para urbano-industrial. Segundo Oliveira, no centro das transformações econômicas, tínhamos o Estado como um fator fundamental no desenvolvimento capitalista, estabelecendo políticas de desenvolvimento e regulamentando as relações internas de produção.

Segundo Oliveira (2003a, p. 38), a legislação trabalhista criada por Getúlio Vargas regulamentou a relação capital-trabalho, gerando condições para o desenvolvimento capitalista brasileiro, uma vez que nivelou pela base o nível de salários da economia. Esse salário mínimo igualava a remuneração dos trabalhadores das mais diversas categorias a um fator comum, o que facilitava a acumulação capitalista. Dessa forma, podemos dizer que, na sua interpretação, os salários foram equalizados pela base e o resultado dessa equalização foi a intensificação da acumulação capitalista no Brasil.

Como Oliveira discutiu de forma inovadora, a criação da CLT resultou na estruturação do mercado de trabalho no Brasil, ao estipular os padrões que viabilizaram o cálculo empresarial e ao fomentar a formação de um amplo exército industrial de reserva. (BELLO, 2006, p. 80).

Para Oliveira (2003, p. 38), outra considerável influência exercida pelo Estado foi, além de regulamentar a relação capital-trabalho, intervir na economia com uma política de planejamento que tinha como objetivo permitir a mudança do padrão de acumulação capitalista brasileiro. Assim, o Estado passava a investir em infraestrutura e implantar políticas cambiais que facilitavam as importações de equipamentos utilizados pelas indústrias e, conseqüentemente, impulsionavam a industrialização brasileira.

Assim, Oliveira era crítico no que concerne à afirmação cepalina de que os choques externos geravam as condições internas necessárias para o surgimento da industrialização. Para ele, embora essa conclusão fosse parcialmente correta, já que a crise nas relações externas realmente incentivava a produção interna, não poderíamos considerar essa característica como o único fator motivador. Para Francisco de Oliveira, o desenvolvimento capitalista brasileiro não poderia ser explicado somente do ponto de vista das relações externas, uma vez que a atuação do Estado foi fundamental neste processo. Segundo o autor, deveríamos considerar também, e principalmente, as condições internas criadas pelo populismo, que teria sido a forma política que permitiu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. (OLIVEIRA, 2003a, p. 64).

Francisco de Oliveira (2003a, p. 65) dizia que foi esse “pacto estrutural”, permitido pelas políticas populistas, que facilitou a acumulação capitalista brasileira. Segundo ele, as políticas populistas não transformaram as estruturas agrárias, utilizando-as de ferramenta de acumulação primitiva, além de que, incentivaram a industrialização através da regulamentação das relações capital-trabalho mantendo os salários a níveis baixos.

Dessa forma, Francisco de Oliveira contrariava o “espontaneísmo” apresentado nas obras dos teóricos cepalinos, dentre os quais Celso Furtado, que interpretavam a industrialização brasileira através do modelo de industrialização por substituição de importações. Segundo o autor, esse processo de desenvolvimento capitalista brasileiro não foi espontâneo como afirmavam os cepalinos e contou com forte presença de um Estado atuante que tinha a industrialização como o objetivo principal. Vale dizer que no cenário capitalista internacional, o Brasil ainda era visto como um país subordinado na divisão internacional do trabalho e que o interesse,

por parte dos países centrais, em desenvolver a industrialização no Brasil era irrisório. (OLIVEIRA, 2003a, p. 72).

Oliveira afirmava, ao descrever o processo de industrialização intensificado durante o governo de Juscelino Kubitschek(1955-1960), que o Estado brasileiro não se preocupou em implementar políticas tecnológicas nacionais conjuntamente com o capital industrial nacional. Houve importação de tecnologia avançada utilizando o capital externo, o que produziu um grande salto de produtividade. Essa internalização de tecnologia e de capital externo intensificou a acumulação capitalista e permitiu o desenvolvimento da industrialização brasileira. (OLIVEIRA, 2003a, p. 75).

Francisco de Oliveira contestava incisivamente os economistas brasileiros que não percebiam que o insistente aumento na taxa de exploração da força de trabalho foi outro fator que permitiu acumulação capitalista. Esse fato fica claro, segundo ele, quando analisamos o comportamento do salário mínimo real que se desvalorizava ao longo das décadas de 40, 50 e 60:

[...] a conclusão de que a característica geral do período é a de aumento da taxa de exploração do trabalho, a qual foi contrarrestada apenas quando o poder político dos trabalhadores pesou decisivamente. Em outras palavras, seria ingênuo pensar, como o fazem os adeptos da “teoria do bolo”, que os trabalhadores devem primeiro esperar que o “bolo” cresça para reivindicar melhor fatia: nos 25 anos decorridos o “bolo”, isto é, o produto bruto, cresceu sempre, interrompido apenas pela recessão 1962-1966, enquanto a fatia dos trabalhadores decrescia. (OLIVEIRA, 2003a, p. 80).

Defendendo empiricamente seu argumento, Oliveira relata que em torno de 33% dos trabalhadores urbanos brasileiros recebiam remuneração de aproximadamente um salário mínimo. Esse número ficava ainda mais assustador quando verificávamos que em torno de 75% dos empregados brasileiros recebiam até dois salários mínimos. (OLIVEIRA, 2003a, p. 80). Dessa forma, segundo Oliveira, fica evidente que a institucionalização do salário mínimo facilitou a acumulação capitalista, uma vez que, previamente determinado, tornou-se a “obrigação máxima” das empresas.

Outro argumento que Oliveira utilizava para justificar sua tese era o fato de que, enquanto os salários reais declinavam e o custo da reprodução da força de trabalho aumentava, a industrialização brasileira encontrava-se em crescente

expansão. Ou seja, o aumento da taxa de crescimento da indústria ocorria ao mesmo tempo em que a taxa de exploração da força de trabalho aumentava, intensificando a acumulação capitalista. (OLIVEIRA, 2003a, p. 83).

[...] Oliveira nos brindou com alguns brilhantes “insights” sobre aquele processo, como por exemplo aqueles relacionados à importância crucial da fixação do salário mínimo para a acumulação urbana industrial, sobre os efeitos desta última em termos da estrutura de emprego urbana e, principalmente, sobre a ênfase analítica, ao menos na primeira parte de seu trabalho, não do lado da demanda mas no da oferta [...]. (MALAN & PEREIRA, 1973, p. 143)

Conforme relatado por Pedro Malan e José Pereira, a constatação feita por Francisco de Oliveira da importância que a fixação dos salários teve para o processo de acumulação capitalista brasileiro foi uma brilhante contribuição. Vale dizer que neste ponto se evidencia uma diferença crucial entre a análise de Oliveira e a análise de origem cepalina. Isto é, enquanto os teóricos cepalinos analisavam o processo de industrialização pela *ótica do consumo*, considerando os níveis de renda e a capacidade de realização do consumo. A análise produzida por Francisco de Oliveira se orienta pela *ótica da produção*, enfatizando os aspectos da acumulação e reprodução do capital, dentro da esfera produtiva.

Como vimos, para Oliveira, a passagem de um modelo capitalista primitivo para um modelo capitalista moderno, baseado na acumulação sobre a empresa industrial, utilizou-se de vários fatores internos com forte influência do Estado. Assim, a descrição desse processo não poderia se restringir a uma análise simplista de cunho cepalino, como é o caso do modelo de industrialização por substituição de importação.

1.3.3 O estagnacionismo

A terceira crítica importante produzida por Francisco de Oliveira aos teóricos cepalinos está relacionada à tese cepalina, também defendida por Celso Furtado, de que a industrialização substitutiva tenderia à estagnação. Conforme exposto na seção 1.1 deste capítulo, com a evolução do processo de industrialização, as

empresas capitalistas, com o objetivo de manter suas taxas de lucro, aumentariam a quantidade de equipamentos poupadores de mão-de-obra. Como consequência dessa prática, segundo a teoria cepalina, se reduziria o nível geral de emprego e renda na economia, dificultando assim o consumo e reduzindo a atividade econômica no mercado interno.

Segundo Oliveira (OLIVEIRA, 2003a, p. 49), o equívoco da conclusão cepalina, mesmo descrevendo o processo corretamente, foi não considerar o processo de formação de mais-valia, isto é, o comportamento do sistema permitia o aumento da mais-valia relativa e até mesmo da mais-valia absoluta, o que garantia a acumulação através da exploração da força de trabalho.

Percebemos que Francisco de Oliveira novamente se apropria da teoria marxista para criticar a tese cepalina de *estagnacionismo*, desenvolvida por Celso Furtado. Na realidade, uma crítica a essa tese já tinha sido feita por Maria da Conceição Tavares e José Serra, porém essa crítica ainda se situava dentro do terreno cepalino.

Francisco de Oliveira também contestou a tese defendida por Maria da Conceição Tavares e José Serra, que afirmavam que a crise pré-64 foi consequência da redução das inversões que eram dificultadas pela falta de financiamento e pelo aumento dos salários (TAVARES & SERRA, 2000, p. 589). Oliveira discordava dessa afirmação usando como referência as condições políticas que desencadearam o golpe de 64. Segundo o autor, a análise de José Serra e Maria da Conceição era “economicista”, ou seja, ignorava os fatos políticos e sociais existentes no início da década de 1960. Na sua interpretação, “*a inversão cai não porque não pudesse realizar-se economicamente, mas sim porque não poderia realizar-se institucionalmente*” (OLIVEIRA, 2003a, p. 92). Isto é, considerando as mudanças no cenário político brasileiro, em que os trabalhadores passaram a intervir na política de maneira mais ativa, percebia-se uma ineficácia do Estado como mediador dos conflitos políticos, diminuindo seu poder de intervir e institucionalizar as relações de produção.

Oliveira afirmava, ao contrário do que dizia os seguidores do dual-estruturalismo cepalino, que uma concentração de renda não era um obstáculo ao crescimento da economia. Na verdade, conforme mostrava a pesquisa de João Carlos Duarte (1971), citada por Oliveira, a economia continuava crescendo

apoiando-se propriamente na desigual distribuição de renda. Essa observação contestava firmemente os argumentos de Maria da Conceição Tavares e José Serra intitulada *redistribuição intermediária*.

[...] o mercado para os produtos industriais dos novos ramos assentava-se exatamente numa distribuição extremamente desigualitária da renda, a qual estava muito longe de constituir-se em obstáculo ao crescimento, como supõe Furtado e todos os seguidores do dual-estruturalismo cepalino. (OLIVEIRA, 2003a, p. 96).

Estes autores, definindo o processo de redistribuição intermediária, afirmavam que houve um acréscimo de renda da classe de renda média e uma correspondente redução nos salários da classe de renda baixa, o que aumentaria o poder de compra da classe média tornando-a capaz de adquirir bens de consumo duráveis. (TAVARES & SERRA, 2000, p. 589).

Em entrevista concedida aos organizadores do livro *Conversas com economistas brasileiros II (1999)*, Francisco de Oliveira faz o seguinte comentário a esse respeito:

[...] A Maria da Conceição e José Serra, no “Além da Estagnação”, no meu modo de ver, incorrem no equivoco de pensar que a distribuição de renda orientou o consumo. Sem pensar que a distribuição de renda é produzida pelo processo de acumulação de capital. (OLIVEIRA, In: MANTEGA & REGO, 1999, p. 108).

Francisco de Oliveira não discordava de que a classe média tivesse se beneficiado do crescimento ocorrido no início da década de 1960, porém, afirmava que a redistribuição intermediária não era possível, uma vez que não havia relações de produção entre a classe baixa e a classe média. Além disso, aumentar a renda da classe média significava reduzir a taxa de lucro e conseqüentemente dificultaria a acumulação e a expansão capitalista. O que se mostrou na prática, segundo o autor, foi uma intensificação da concentração de renda e uma expansão considerável da acumulação capitalista. (OLIVEIRA, 2003a, p. 100).

Para Oliveira, o governo passou a executar políticas de condução econômica como, por exemplo, subsídios às exportações de excedentes não consumidos e os incentivos aos investimentos industriais, com o claro objetivo de manter as altas

taxas de lucro. Dessa forma, Francisco de Oliveira dizia que no pós-64 o sistema permanecia caminhando no sentido de concentrar renda e utilizando-se da exploração do trabalho como ferramenta para a sustentação da acumulação, permitindo assim, a manutenção da taxa de lucro capitalista. (OLIVEIRA, 2003a, p. 104).

Segundo Oliveira, as conseqüências da concentração de renda para o desenvolvimento brasileiro eram pouco debatidas, sendo que as discussões existentes tinham um caráter ideológico muito intenso, não trazendo resultados consideráveis. (OLIVEIRA, 2003a, p. 107).

Como a produção de desigualdade é intrínseca ao sistema capitalista, para Oliveira, só existiam dois meios pelos quais essa tendência poderia ser revertida. A primeira delas seria a escassez de mão-de-obra e a segunda seria a organização das classes trabalhadoras. No Brasil, não existiam nenhuma dessas condições, possuíamos uma larga oferta de força de trabalho, que foi intensificada pela própria *especificidade particular* do capitalismo brasileiro – ao utilizar tecnologias poupadoras de mão-de-obra. (OLIVEIRA, 2003a, p. 112).

Quanto à organização das classes trabalhadoras, era evidente que no período pós-64 as entidades que representavam os trabalhadores, isto é, os sindicatos, possuíam um insignificante poder de barganha e praticamente nenhuma autonomia política, uma vez que ficavam subordinados a decisões da política econômica do governo, que estabelecia, de acordo com seus interesses, os índices de reajuste salarial. (OLIVEIRA, 2003a, p. 113).

No entanto, mesmo defendendo a tese de que a concentração de renda no processo de acumulação capitalista brasileiro não foi um empecilho para sua expansão, Oliveira concordava que essa concentração prejudicava os setores “tradicionais” que dependiam do consumo dos estratos de baixa renda. A sobrevivência desse setor só foi possível, no seu entender, devido às políticas de subsídio à exportação, implementadas pelo governo militar. Dessa forma, todo o excedente não consumido internamente seria exportado, este processo foi denominado por Francisco de Oliveira como *esterilização de excedente*. (OLIVEIRA, 2003a, p. 114).

Dessa forma, Oliveira afirmava que a manutenção do processo de concentração de renda, que gerava desigualdades, só prejudicava a expansão do

sistema capitalista nos casos clássicos. No caso brasileiro, essa exclusão, que intensificou no período pós-64, reafirmou-se como característica essencial para o dinamismo do sistema. (OLIVEIRA, 2003a, p. 118).

Uma leitura mais atenta da *Crítica*, no entanto, mostra que sua tese é que as contradições fundamentais do Brasil não foram superadas em 1964. Esta, para o autor, não é uma nova revolução burguesa como a de 1930. Mas uma contra-revolução, cujos horizontes históricos estavam, já no início dos anos 1970, saturados de contradições e limites. (GUIMARÃES, 2006, p. 130).

Para Oliveira, a superação dessa tendência era um processo dialético, uma vez que havia uma contradição de interesses entre as classes trabalhadoras e a burguesia capitalista. Considerando a situação política em que o Brasil se encontrava, toda contestação feita a esse processo, tendo por objetivo distribuir os ganhos de produtividade para as classes menos favorecidas, transformava-se em uma contestação ao regime e conseqüentemente eram reprimidas. (OLIVEIRA, 2003a, p. 119).

1.4 Nordeste: Uma aplicação regional da dualidade cepalina

Como vimos acima, Francisco de Oliveira produziu uma crítica à teoria cepalina no que se refere ao desenvolvimento da economia brasileira. Porém, da mesma forma que Celso Furtado regionalizou os conceitos cepalinos para propor um projeto de desenvolvimento do Nordeste, Francisco de Oliveira também regionalizou sua crítica à proposta furtadiana. Desta forma, temos uma aplicação prática do debate nacional deslocado para o plano regional. Veremos a seguir detalhes deste instigante debate teórico envolvendo estes dois grandes intelectuais brasileiros.

Quando se propôs a analisar as relações inter-regionais brasileiras, Celso Furtado valeu-se mais uma vez de sua análise dualista de origem cepalina. Ele dividiu o cenário nacional em dois pólos, as regiões centrais e periféricas. Segundo ele, a região Centro-sul era a maior beneficiada nas relações de troca mantida com

as demais regiões brasileiras, principalmente com a região Nordeste, local em que se verificava maior existência de desigualdade social e econômica. (FURTADO, 1979).

Dessa forma, Celso Furtado defendia um plano de desenvolvimento industrial no Nordeste que permitiria a superação dos problemas estruturais daquela região. Segundo ele, para que isso fosse possível, seria necessária uma ação planejada do Estado. (FURTADO, 1979).

Francisco de Oliveira também produziu trabalhos que se relacionam com a questão nordestina e que foram de grande importância para o desenvolvimento da produção teórica que tinha como tema a questão regional brasileira. Ainda durante a década de 70, esses trabalhos colocaram em discussão as interpretações correntes em relação às desigualdades regionais brasileiras e, a partir de então, abriram caminho para um novo modo de interpretação da realidade regional nacional. Como coloca Vieira:

É importante que se lembre, agora, que foi Francisco de Oliveira que, em meados dos anos 70, abriu caminho para essa leitura das questões regionais no Brasil, em termos de divisão regional do trabalho sob controle hegemônico da produção capitalista. (VIEIRA, 2007, p. 258).

O principal trabalho de Oliveira que trata da temática nordestina é o livro *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes* (1977). Nesse trabalho, o autor traz uma nova interpretação da situação do Nordeste brasileiro, considerando conjuntamente os fatores históricos econômicos, sociais e políticos, que teriam influenciado como um todo o processo de construção do sistema capitalista nacional. Assim sendo, Francisco de Oliveira, mais uma vez recusa a análise econômica isolada, assim como fez na *Crítica à razão dualista*, e trata a questão Nordeste de uma maneira ampla, considerando toda a sua complexidade.

[...] Francisco de Oliveira tornou-se, seguramente, o mais consistente interlocutor crítico das teses dualistas de Furtado, que, seguindo a tradição do pensamento cepalino, trata a questão regional sob o enfoque dos “desequilíbrios regionais” e a intervenção planificadora do Estado em termos da realocação dos “fatores de produção”, para

um nível ótimo, com vistas ao desenvolvimento econômico regional. (VIEIRA, 2007, p. 258).

O método de interpretação utilizado por Francisco de Oliveira difere da ótica utilizada por Celso Furtado que, como mencionado, se baseava nas formulações de origem estruturalista cepalina. Conforme relatado por Vieira, os teóricos cepalinos interpretavam a questão do desenvolvimento regional nordestino através da ótica dos “desequilíbrios regionais”, e isso pressupunha a existência de uma dualidade entre as “regiões” brasileiras. Com relação às desigualdades regionais Celso Furtado comenta que:

Não podem coexistir, no mesmo país, um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas, por uma razão muito simples: as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração. (FURTADO, 1959, p.16).

Como colocado por Vieira, Francisco de Oliveira discorda deste modo de interpretação, dando início a uma análise diferenciada da questão do Nordeste, utilizando o conceito de divisão regional do trabalho e considerando o padrão de acumulação capitalista nacional. O autor insere em sua análise os conflitos sociais e as contradições geradas pela expansão do capitalismo no Brasil que, inevitavelmente, desencadeavam um desenvolvimento inter-regional desigual. Podemos dizer que mais uma vez Francisco de Oliveira se vale do pensamento marxista para entender a realidade sócio-econômica nacional e produzir uma crítica ao projeto de desenvolvimento do Nordeste proposto pela SUDENE. (OLIVEIRA, 1977, p. 25).

Segundo Oliveira, o projeto de planejamento da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste surge tomando como ponto de partida o aparente desequilíbrio existente entre as “regiões” Centro-Sul e Nordeste. É de fácil percepção que as formulações defendidas pela SUDENE demonstravam uma grande influência do pensamento cepalino.

Dessa forma, como mencionado, pode-se dizer que a SUDENE “regionalizou” os conceitos cepalinos e os aplicou essa teoria ao plano nacional. O Centro-Sul era visto como o pólo central e o Nordeste como pólo periférico, cujas relações de troca entre esses pólos seriam desiguais e beneficiavam especificamente a “região”

Centro-Sul, fazendo com que o Nordeste se perpetuasse na condição atrasada. Em recente entrevista a Guido Mantega e José Marcio Rego, Francisco de Oliveira comenta que:

[...] A SUDENE era toda estruturada sobre o modelo da CEPAL. No Nordeste, a sua proposta de industrialização fazia as vezes da proposta de industrialização que a CEPAL fez para modificar a relação desfavorável dos termos do intercâmbio. A SUDENE é uma cópia disso [...]. (OLIVEIRA, In: MANTEGA & REGO, 1999, p. 100).

O projeto de desenvolvimento da SUDENE pretendia alavancar o processo de crescimento capitalista nos estados nordestinos, com o intuito de superar as desigualdades regionais existentes entre as regiões Centro-Sul e Nordeste. Para atingir esse objetivo a SUDENE procurou inserir uma política de planejamento no Nordeste acreditando que um processo de desenvolvimento, pautado sobre um projeto de industrialização, poderiam trazer os melhores resultados para o desenvolvimento da “região” nordestina.

Dialogando com as formulações cepalinas adotadas pela SUDENE, Francisco de Oliveira afirmava que o planejamento não poderia ser entendido somente como na concepção estruturalista cepalina (OLIVEIRA, 1977, p. 29). Na realidade, a política de planejamento teria sido a ferramenta utilizada pelo Estado para permitir o avanço do sistema capitalista nacional. O Nordeste teria sido utilizado como área de acumulação primitiva de capital que permitiu o desenvolvimento capitalista brasileiro encabeçado pela “região” Centro-Sul. Assim sendo:

O planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da “integração nacional”. (OLIVEIRA, 1977, p. 30).

Ao contrário das teses dualistas cepalinas que viam as diversas “regiões” em um mesmo espaço nacional com características opostas e antagônicas, Francisco de Oliveira afirmava que, mesmo possuindo um diferente modo de reprodução capitalista e uma estrutura de classe distinta, estas “regiões” estavam inclusas em um mesmo processo de desenvolvimento capitalista.

Novamente nutrindo-se da concepção marxista de desenvolvimento *desigual e combinado*, Oliveira defendia que a aparente contradição existente entre as regiões Centro-Sul e Nordeste faziam parte da lógica de reprodução e desenvolvimento do sistema capitalista brasileiro.

Segundo ele, havia uma divisão regional do trabalho no espaço nacional brasileiro na qual o Nordeste possuía uma função subordinada como fornecedor de mão-de-obra barata advinda dos migrantes nordestinos que se dirigiam para a “região” Centro-Sul. (OLIVEIRA, 1977, p. 37). Como isso, esses migrantes formavam um exército industrial de reserva, isto é, geravam um excedente de força de trabalho ociosa que mantinha os salários baixos permitindo a acumulação capitalista no Centro-Sul.

A soma das condições favoráveis ao desenvolvimento da “região” Centro-Sul permitiu o surgimento de um centro do sistema capitalista nacional. A “região” Centro-Sul, beneficiando-se da regulamentação da relação capital-trabalho e do excedente de mão-de-obra gerado pelas migrações de trabalhadores nordestinos, assumiu a dianteira do sistema capitalista brasileiro, passando a concentrar e a centralizar capital. Esse processo de expansão capitalista fez com que as economias regionais comesçassem a ser destruídas, criando de fato um sistema capitalista em escala nacional.

Segundo Francisco de Oliveira, a disparidade existente entre a “região” Centro-Sul e o Nordeste brasileiro era visível, com total predomínio da primeira. As empresas nordestinas não conseguiam competir em preço nem em qualidade com as empresas localizadas na “região” Centro-Sul. Enfim, o processo de nacionalização do capital teria se realizado integrando as diversas regiões à lógica de reprodução do capital e teria utilizado as desigualdades geradas pelo processo de evolução capitalista para permitir a sua própria reprodução. (OLIVEIRA, 1977, p. 37).

Para Oliveira, processo de nacionalização do capital referido acima teve forte presença do Estado e o “populismo” foi a forma política que o executou. Através deste processo de nacionalização, verificou-se a formação de uma burguesia industrial e a conseqüente redefinição das relações entre a burguesia industrial e a oligarquia do café. A partir de então, o Brasil se firma como um país capitalista que tem sua acumulação sustentada pela atividade industrial.

Podemos dizer que a grande diferença entre o que foi proposto por Celso Furtado e a crítica produzida por Francisco de Oliveira está no fato de que, enquanto Furtado tinha pretensões de intensificar o processo de acumulação capitalista no Nordeste, acreditando que assim seria possível desenvolver aquela região, Francisco de Oliveira afirmava que o atraso da região Nordeste fazia parte do processo pelo qual se expandia a atividade capitalista em todo o Brasil. Para Oliveira, a coexistência de regiões aparentemente opostas eram ferramenta para a própria expansão capitalista em escala nacional.

1.5 Conclusão

Como foi observado, o trabalho produzido por Francisco de Oliveira nesta primeira fase de sua obra, representou uma nova forma de interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro. Em meio a um debate teórico intenso, iniciado no final da década de 1960, Oliveira passou a discordar das teorias ortodoxas ao mesmo tempo em que começava a se despregar das análises cepalinas, predominantes entre os teóricos que se opunham à teoria clássica.

Francisco de Oliveira não negava as contribuições da CEPAL para o entendimento da realidade latino-americana, porém demonstrava com veemência as falhas e equívocos existentes em sua interpretação. Seu objetivo maior era superar a interpretação dualista cepalina no que se referia ao entendimento do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Oliveira abordou esse tema de modo complexo, fazendo uma crítica radical ao estruturalismo-cepalino e suas teses dualistas.

Oliveira defendeu que o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro possuía algumas “especificidades” e que essas não poderiam deixar de ser consideradas. Discordava do “espontaneísmo” existente nas formulações furtadianas, como se o processo de industrialização tivesse ocorrido de maneira ocasional, sem a participação ativa do Estado. O autor deixa claro que o Estado sempre esteve presente desde o início no processo de expansão capitalista brasileiro, intervindo e planejando ao mesmo tempo em que regulamentava as

relações de capital e trabalho sempre beneficiando o processo de acumulação capitalista.

Francisco de Oliveira, utilizando-se da teoria marxista, voltou-se à análise das relações internas de produção, concluindo que a industrialização não foi somente permitida por fatores externos, como diziam os teóricos cepalinos, mas principalmente pelas condições internas. Dentre esses fatores, podemos citar o baixo custo da remuneração da força de trabalho permitido através da estrutura agrária brasileira e do excedente de mão-de-obra gerado pela migração de retirantes nordestinos.

Estas inter-relações existentes entre as regiões “modernas” e “arcaicas” dentro do próprio espaço nacional, ao invés de serem antagônicas ao desenvolvimento capitalista nacional, como diziam os cepalinos, e com eles Celso Furtado, eram a base para a expansão do sistema, que utilizava a desigualdade para se reproduzir.

Francisco de Oliveira concluiu nesta primeira fase de sua obra, que o modo como o sistema capitalista brasileiro evoluía, alimentando-se da desigualdade, gerava uma intensa concentração de capital em poder de uma minoria burguesa. Porém, ao contrário do que os cepalinos afirmavam, essa concentração não colocava em risco o processo de acumulação de capital, uma vez que era a própria desigualdade que alimentava todo o processo de reprodução ampliada do capital no Brasil.

No que se refere à discussão com relação ao Nordeste brasileiro, podemos dizer que a interpretação que Francisco de Oliveira desenvolveu, dialogando com as teses cepalinas, contribuiu significativamente para a construção da “*economia política*’ do planejamento regional para o Nordeste do Brasil” (OLIVEIRA, 1983) como o próprio autor ambicionava. Sua produção é de grande importância para formação da literatura regional brasileira e embora não desconheça as contribuições da SUDENE para o desenvolvimento nordestino, Oliveira fez uma crítica radical às suas formulações. O seu grande mérito foi se recusar ao economicismo reducionista e inserir em sua análise os fatores sociais, políticos e históricos que fizeram parte do processo de evolução econômica e social. Dessa forma, criou um novo modo de interpretação da realidade regional brasileira.

As contribuições de Francisco de Oliveira nessa primeira fase de sua obra, em que o autor dialogou com a teoria cepalina-furtadiana, colocaram em discussão a análise corrente sobre o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Enfim, podemos afirmar que neste primeiro período, Oliveira, navegando nas águas da *teoria da dependência* e utilizando formulações e categorias marxistas, produziu uma análise não-cepalina, forjando uma interpretação ampliada da realidade brasileira e se constituindo num importante interlocutor à altura das teses histórico-estruturalistas.

A crítica produzida por Francisco de Oliveira à obra cepalina-furtadiana não deixou de considerar a importância que Celso Furtado exerceu e ainda exerce, sobre a produção teórica nacional. Podemos dizer que, embora a análise de Oliveira e a teoria cepalina-furtadiana estejam em campos teóricos distintos, ambas confluem quanto ao objetivo de romper com as desigualdades geradas pelo capitalismo. No caso cepalino-furtadiano, acreditava-se que uma política de planejamento, coordenada pelo Estado com objetivo de expandir a própria economia capitalista seria capaz de reduzir as mazelas geradas pelo capital – isto é, a defesa de um capitalismo autônomo e reformado na periferia. Para Francisco de Oliveira, o sistema capitalista é, desde logo, um sistema injusto e desigual, sendo que as tentativas de superar suas mazelas seriam contradizer a sua própria lógica de expansão.

Francisco de Oliveira é um socialista e como tal advoga a ruptura com o sistema capitalista. Assim, sob a ótica deste autor, o pensamento cepalino-furtadiano não só errou em alguns de seus diagnósticos e deixou lacunas teóricas, mas também tinha um objetivo de reformar o capitalismo. Definitivamente, para Oliveira, o capitalismo não pode ser um sistema igualitário, pois ele produz desigualdades e utiliza-se dessas desigualdades como ferramenta para sua própria expansão.

Foi utilizando a crítica como sua maior ferramenta, que Francisco de Oliveira se transformou em um grande interlocutor da obra de Celso Furtado. Citando sua própria análise a respeito da obra de Celso Furtado, Francisco de Oliveira considera que:

Elas talvez pareçam mais críticas do que deveriam ser. A obra de Furtado é, ela mesma, uma recusa ao 'jeitinho' brasileiro; a crítica de sua obra também deve recusar essa 'ação entre amigos' em que se desenvolve boa parte da produção intelectual nacional. De mais a mais, não se conhece nenhum outro autor contemporâneo cuja influência no Brasil tenha alcançado os níveis que a obra de Furtado alcançou.(OLIVEIRA, 2003b).

Podemos perceber também que Francisco de Oliveira considera que a obra furtadiana sempre foi digna de um debate, uma vez que considerava as especificidades do desenvolvimento capitalista específico dos países periféricos e recusou-se a interpretações convencionais defendidas historicamente pelo pensamento dominante.

Francisco de Oliveira também nutre grande admiração pela pessoa de Celso Furtado, chegando a afirmar que ele era *“um republicano exemplar”* na medida em que sempre foi um cidadão íntegro e um homem público honesto, que dedicou grande parte de sua vida na busca de propostas factíveis para o Brasil e nunca se beneficiou dos postos ocupados como administrador público. (OLIVEIRA, 2003b, p.71).

Na verdade, Celso Furtado foi um grande intelectual brasileiro que influenciou várias gerações de cientistas sociais que surgiriam posteriormente, uma vez que sua obra foi, e ainda continua sendo, leitura obrigatória nos cursos de qualquer ciência social brasileira. Francisco de Oliveira o considera o *“demiurgo do Brasil”*, pela sua teorização e importante descrição da história econômica brasileira. (OLIVEIRA, 2003b, p.18).

Oliveira afirma também que Furtado tinha grandes méritos por se propor a entender a realidade econômica nacional desvinculando-se das “mesmices” econômicas. Segundo ele, Celso Furtado foi contemporâneo de seu tempo, interpretando e teorizando no próprio momento em que os fatos ocorriam. Como todos aqueles que se propõem a “explicar”, Celso Furtado também se arriscou ao erro, e foram essas “falhas” da interpretação furtadiana que Francisco de Oliveira objetivou elucidar.

Como veremos no capítulo seguinte, Francisco de Oliveira continuou contribuindo para a análise da economia brasileira, porém, seu maior objetivo passou a analisar as *especificidades* do desenvolvimento capitalista brasileiro, suas origens e conseqüências.

Embora neste primeiro período Oliveira já demonstrasse preocupação em compreender as especificidades brasileiras, é no que consideremos a segunda fase de sua obra, que suas análises aparecem de forma mais estruturada. Nesta nova fase, Oliveira não mais dialoga diretamente com a teoria cepalina e busca produzir uma análise sistemática do processo de expansão econômica brasileiro em curso durante as décadas de 1950 e 1970.

CAPÍTULO 2 – A ESPECIFICIDADE DO CAPITALISMO BRASILEIRO.

No que consideramos ser a segunda fase do pensamento de Francisco de Oliveira, o autor continuou buscando compreender o processo de expansão capitalista brasileiro. Todo esse esforço teve por resultado a produção de alguns artigos publicados enquanto Oliveira ainda trabalhava no CEBRAP. Estes trabalhos analisavam o comportamento da economia brasileira entre as décadas de 1950 e 1970. Esses artigos foram posteriormente reunidos em um só livro e publicados pela primeira vez no ano de 1977, com o título *A Economia da Dependência Imperfeita* (1989).

Naquele momento, Francisco de Oliveira apresentava sua interpretação sobre o modo como evoluía o processo de industrialização brasileira, explicitando as contradições existentes entre as estruturas produtivas no Brasil. Além disso, o autor também fazia um diagnóstico sobre como, em sua opinião, deveria ser a natureza do novo ciclo de acumulação capitalista brasileiro que se iniciava no final da década de 1970.

Serão abordados neste capítulo os seguintes artigos de Francisco de Oliveira: *Mudança na divisão inter-regional do trabalho no Brasil* [1973], *Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)* [1977] e *Expansão capitalista, política e Estado no Brasil: notas sobre o passado, o presente e o futuro* [1975]. De certa forma, estes trabalhos possuíam uma característica em comum: todos os artigos visavam compreender a especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro e também as contradições existentes na estrutura econômica nacional.

Como vimos no capítulo anterior, Oliveira já se preocupava em analisar a especificidade do capitalismo brasileiro desde a produção do seu ensaio *Crítica à razão dualista*, porém, neste novo momento de sua produção teórica, o autor busca uma compreensão original do processo de expansão capitalista em curso, não mais dialogando diretamente com a teoria cepalina. Por esse motivo, consideramos esta a segunda fase da obra de Francisco de Oliveira, objeto de análise neste capítulo que segue.

Argumentaremos que neste período a análise de Francisco de Oliveira estacava três aspectos principais da realidade brasileira que serão discutidas neste capítulo: O processo de homogeneização do capital em escala nacional; a desproporcionalidade estrutural existente entre os departamentos econômicos; a importância do “tripé” capital Estatal, capital privado nacional e capital privado estrangeiro, relatando a função das políticas praticadas pelo Estado durante o regime militar.

Em linhas gerais, na primeira seção mostraremos como Francisco de Oliveira descreveu a forma como a atividade capitalista se expandiu por todo território nacional concedendo uma nova função para as regiões tradicionais, dentro do processo de acumulação capitalista no Brasil.

Na segunda seção, analisaremos como Francisco de Oliveira produziu uma análise da estrutura econômica brasileira, considerando as relações departamentais e as consequências da desproporcionalidade entre os três departamentos econômicos.

Na terceira seção, trataremos as relações existentes entre o Estado, o capital privado e o capital estrangeiro, relatando qual teria sido a função de cada um desses agentes no processo de industrialização brasileiro e como os aspectos políticos internos permitiram a consolidação deste tripé.

2.1 Relações inter-regionais e o processo de “nacionalização” do capital

Ao analisar o processo de desenvolvimento regional no Brasil, Francisco de Oliveira apresentou diversos dados sobre os principais setores da economia brasileira e como as atividades estavam distribuídas entre as diferentes regiões. O autor argumentava que, com a evolução do processo de expansão econômica no Brasil, a região Sudeste alterou consideravelmente sua estrutura produtiva para uma estrutura urbano-industrial, tendo a cidade de São Paulo como o pólo de concentração da atividade produtiva, onde se encontrava a maior parte das indústrias brasileiras.

Assim como já aparecia em *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes*(1977), Francisco de Oliveira argumenta que a partir da intensificação do processo de industrialização no Brasil, houve uma redivisão das relações inter-regionais de produção dentro do próprio território nacional, ou seja:

O Sudeste, que tinha, até um certo momento, toda uma estrutura produtiva voltada para a agricultura, quando começa a industrializar-se repassa esta tarefa para o Nordeste e o Sul, para ter como atividade principal a indústria. A partir daí, a tendência é de que o Sul e o Nordeste, em suas trocas com o Sudeste, tenham que vender mais produtos primários para comprar produtos industrializados. (OLIVEIRA, 1989, p. 51)

Francisco de Oliveira resgata seus argumentos relacionados à questão regional que foram expostos no primeiro capítulo deste trabalho. Novamente afirma que as demais regiões brasileiras servem como base de sustentação para a expansão da região Sudeste, ressaltando sua função dentro da redivisão inter-regional do trabalho:

[...] Ora, é conhecida a deterioração dos termos de troca nesse esquema em detrimento do Nordeste e do Sul. O Sudeste continua a quase 'monopolizar' o setor industrial, que é o setor de ponta da economia, e a absorver para si todos os ganhos desse setor, que é altamente produtivo. (OLIVEIRA, 1989, p. 51)

Francisco de Oliveira afirmava que atividade agropecuária ficou alocada mais especificamente nas regiões Nordeste e Sul. Por sua vez, a região Norte, praticamente não sofreu alterações, permanecendo com um mercado interno isolado. Quanto à região Centro-Oeste, Oliveira afirmava que esta teve um comportamento diferenciado, apresentando um pequeno nível de crescimento industrial no que se refere a beneficiamento dos produtos agrícolas oriundos da própria região.

Nestes termos, um requisito estrutural da expansão capitalista no Brasil é o de homogeneizar o espaço econômico nacional, para performances do tipo requerido pela estrutura das unidades produtivas, isto é, para desempenhos de corte monopolista. (OLIVEIRA, 1989, p. 62).

Como colocado por Leda Paulani, com a evolução do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil surge a necessidade de homogeneizar o espaço econômico nacional. Segundo Oliveira, esse processo de destruição das economias regionais aconteceu por necessidade de se manter elevada a taxa de lucro das empresas capitalistas monopolistas que eram controladas principalmente pelo capital estrangeiro.

[...] Um pouco antes do final dos anos 70, sai uma incrível coletânea de ensaios do Chico, que, não por acaso, vai ter o nome de *A economia da dependência imperfeita*. Ali, o Chico vai ser um dos primeiros a mostrar, por exemplo, que a política de integração nacional dos anos 70, não só promovia a nacionalização do capital, ou seja, a criação de um Estado nacional do ponto de vista do capital – e, conseqüentemente, de um Estado antinacional do ponto de vista de sua população –, como ele jogava por terra, pela diluição das fronteiras entre o público e o privado, o próprio sentido da dicotomia estatização/privatização, que estava muito na ordem das questões naquele momento. (PAULANI, 2006, p. 119).

Dessa forma, Francisco de Oliveira, afirma que a nacionalização do capital em toda a economia brasileira foi uma necessidade da própria expansão capitalista e só foi permitida pela forte presença do Estado que viabilizou a unificação do espaço econômico nacional e a entrada de capitais estrangeiros no Brasil. O autor também afirma que como consequência desse processo, as demais regiões, com destaque para a região Nordeste, foram utilizadas como áreas de acumulação, o que permitiu a manutenção dos altos níveis de crescimento nas regiões industrializadas, principalmente o Sudeste, que liderava o processo de industrialização.

2.2 Contradições estruturais brasileiras: uma análise departamental

Francisco de Oliveira buscou descrever o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro entre os anos de 1950 e 1976, considerando as relações interdepartamentais existentes na economia nacional e a forma de financiamento do padrão de acumulação capitalista brasileiro. Para tanto, Oliveira apresentou uma

análise departamental da estrutura produtiva influenciado pelo esquema marxista assumindo a seguinte divisão: O Departamento I é produtor de bens de capital ou, em sentido lato, de bens de produção, pois incluem os chamados bens intermediários, que são também capital constante. O Departamento II é o responsável pela produção de bens de consumo para os trabalhadores, isto é, bens de consumo não duráveis. Por fim, o Departamento III, produtor de bens de consumo para os capitalistas, ou seja, bens de consumo duráveis. (OLIVEIRA, 1989, p. 77).

Segundo Oliveira, o período anterior ao Plano de Metas – que compreende quase que integralmente ao governo de Getúlio Vargas (1951-1954) – foi marcado por três características de extrema importância para se compreender o ciclo de expansão capitalista brasileiro, iniciado no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Primeiramente, havia um forte *pacto populista* onde as classes sociais não contestavam as políticas “nacionalistas” adotadas pelo Estado.

Em segundo lugar, houve, nesse período, uma considerável acumulação e concentração de capital. Em terceiro lugar, Oliveira ressaltava que as economias periféricas foram inseridas na lógica de divisão internacional do trabalho como áreas de expansão capitalista mundial. Segundo o autor, foi a soma dessas três características que permitiram ao governo de Juscelino Kubitschek, a partir da metade dos anos cinquenta, conseguir alterar o padrão de acumulação capitalista brasileiro.

Francisco de Oliveira relatava que, na primeira metade dos anos cinquenta houve uma tentativa de se desenvolver o Departamento de bens de produção (Departamento I) que consistia em criar uma base sólida para o desenvolvimento dos demais setores. Foi dessa forma que deslançaram grandes projetos nacionais, como criação da Petrobras e da Companhia Siderúrgica Nacional, com forte influência do Estado. (OLIVEIRA, 1989, p. 78).

A forma de financiamento da acumulação de capital, que permitiu o desenvolvimento do Departamento I neste período, teria se baseado, em primeiro lugar, na “*manutenção da política cambial e de sua filha primogênita que era de confisco cambial*” (OLIVEIRA, 1989, p. 79). Em segundo lugar na “*nacionalização dos setores básicos do Departamento I, mais propriamente nos setores produtores de bens intermediários*”. (OLIVEIRA, 1989, p. 79). Em terceiro lugar, na “*contenção*

relativa do salário real dos trabalhadores” (OLIVEIRA, 1989, p. 79), porém, essa contenção era atenuada devido à função que as empresas estatais tinham neste processo, produzindo certos bens e serviços abaixo do preço de custo e transferindo maior poder de compra dos trabalhadores naquele período. (OLIVEIRA, 1989, p. 79).

Para o autor, essas medidas pretendiam transferir os excedentes do setor agroexportador para o setor industrial, além disso, serviam como forma de financiamento interno, uma vez que os bens produzidos pelas empresas estatais permitiriam baratear o custo dos produtos que compunham a cesta do trabalhador, reduzindo o custo da reprodução da força de trabalho.

Segundo Oliveira, o problema enfrentado para desencadear o processo de acumulação descrito residia na necessidade que o setor industrial tinha de captar os excedentes gerados pelo setor agroexportador para ser utilizado como fonte de financiamento de suas importações. Assim, a rentabilidade do setor agroexportador não poderia ser subtraída, pois, caso contrário, não haveria meios de pagamento que permitissem a importação de bens de capital utilizados pelo setor industrial. Dessa forma, a taxa de câmbio tinha que permanecer inalterada para garantir a rentabilidade do setor exportador.

Considerando que a taxa de câmbio não poderia ser alterada, restava apenas ao Estado uma reforma fiscal que permitisse captar “*a fração do excedente gerado para financiar sua estratégia de acumulação*” (OLIVEIRA, 1989, p. 81). Porém, essa reforma não foi possível devido ao *pacto populista*. Segundo o autor, essa estrutura política não permitia a realização de uma reforma fiscal que taxasse as empresas privadas ao mesmo tempo em que também não permitia o uso da inflação como fonte de recurso, uma vez que iria reduzir os salários reais da classe operária, que não aceitaria ser prejudicada. Oliveira ressaltava que essa última estratégia de financiamento interno foi utilizada futuramente para promover um novo ciclo de expansão do capitalismo brasileiro, principalmente durante o período governado pelos militares.

O padrão de acumulação descrito, que repousava essencialmente na prévia ampliação do setor produtor de bens de produção, não chegou a concretizar-se totalmente, como é historicamente óbvio. (OLIVEIRA, 1989, p. 82).

O governo Vargas se encerra com o seu suicídio em 24 de agosto de 1954 e de fato, o governo de Café Filho não deu continuidade ao projeto de seu antecessor. Café Filho indicou Eugênio Gudin para o Ministério da Fazenda e as políticas adotadas neste período foram significativamente distintas da política praticadas no período sob o governo de Getúlio Vargas. Por conta disso, a construção do Departamento I foi interrompida e as consequências deste processo serão claramente percebidas com o desencadear do processo de expansão capitalista brasileiro.

O novo padrão de acumulação brasileiro, desencadeado pelo Plano de Metas, se sustentava na expansão do chamado Departamento III, porém o Departamento I não tinha uma estrutura proporcionalmente compatível, o que gerou uma necessidade de importar bens produzidos no Departamento I das economias centrais.

Historicamente, o Departamento I da economia nacional – como, de resto, de qualquer outra economia nacional – situa-se fora do circuito interno da acumulação: situa-se no interior das economias centrais e, nas economias dependentes, são as exportações sobretudo primárias que cumprem o papel de financiar as compras de bens de produção. (OLIVEIRA, 1989, p. 84).

Francisco de Oliveira dizia que, embora Getúlio Vargas tenha tentado desenvolver o Departamento I, essa tarefa não foi totalmente cumprida, de forma que, não havia condições de sustentar todos os requisitos necessários para o desenvolvimento do Departamento III. Para resolver esse impasse, o Estado, durante o governo de Kubitschek, assumiu como decisão política recorrer ao capital estrangeiro e foi assim que se facilitou a expansão dos setores automobilístico e naval.

Sob o aspecto do financiamento interno, a questão não apresentava graus de resolução tão simplificados, ou, melhor dizendo, possibilidades de resolução indolores, para usar um adjetivo. (OLIVEIRA, 1989, p. 85).

Conforme visto acima, embora o problema do financiamento externo estivesse aparentemente resolvido, Oliveira relatava que ainda existia o problema do financiamento interno, pois, a implantação acelerada do Departamento III

necessitava de um abastecimento por parte do Departamento I, que não tinha se formado completamente. Assim, a única solução era recorrer a importações, porém, nessa fase de acumulação, durante o governo de Kubitschek, as exportações não eram abundantes. Somava-se a isso a necessidade de investimento em infraestrutura e a solução adotada pelo Estado foi o financiamento inflacionário, uma vez que a reforma fiscal, que poderia expandir as receitas do Estado, não era possível de se concretizar visto a existência do *pacto populista*.

Segundo Oliveira, esse processo desencadeou duas conseqüências *específicas* da economia brasileira. Primeiro um desestímulo ao desenvolvimento do Departamento I nacional, que voltava a se situar nas economias centrais, isto é, o Brasil novamente se inseria na divisão internacional do trabalho com importador de bens de produção. Esse movimento levava a uma crise no balanço de pagamentos que não poderia ser financiado pelo excedente do setor exportador, ao contrário do que ocorreu na primeira metade dos anos 1950.

Em segundo lugar, a ênfase no desenvolvimento do Departamento III aliado ao capital estrangeiro, teria criado, segundo Oliveira, uma estrutura oligopolística na economia nacional, de tal forma que as relações interdepartamentais transferiram os ganhos de produtividade para o Departamento I que agora está localizado, em sua maior parte, nas economias centrais, intensificando ainda mais a crise no balanço de pagamentos e evidenciando o caráter específico da dependência na economia brasileira.

As conseqüências dessa inversão da tendência do período imediatamente anterior fazem-se sentir sobretudo atualmente. Essa inversão restaurou – daí o cognome de “Restauração” Kubitschek – um padrão de relações centro-periferia num patamar mais alto da divisão internacional do trabalho do sistema capitalista, instaurado, por sua vez – e aqui constitui sua singularidade –, uma crise recorrente de Balanço de Pagamentos, que se expressa na contradição entre uma industrialização voltada para o mercado interno mas financiada ou controlada pelo capital estrangeiro e a insuficiência de geração de meios de pagamento internacionais para fazer voltar à circulação internacional de capitais a parte do excedente que pertence ao capital internacional. (OLIVEIRA, 1989, p. 86).

Francisco de Oliveira afirma que, durante o governo de Juscelino Kubitschek, não houve melhora na situação da classe trabalhadora, uma vez que o poder de

compra dos salários foi reduzido pelo processo inflacionário originado pela política econômica aplicada pelo Estado ao mesmo tempo em que a produtividade do trabalho logrou um salto considerável.

Para Oliveira, a oligopolização do setor produtivo, construída com capitais estrangeiros, somada ao aumento da produtividade do trabalho não transferida para os rendimentos do trabalhador, gerou um processo de extrema concentração de renda que marcou historicamente a estrutura econômica brasileira. Dessa forma, Oliveira relata mais uma característica *específica* do processo de expansão capitalista brasileiro, ou seja, o padrão de acumulação baseado no desenvolvimento do Departamento III juntamente com o capital estrangeiro apenas criou uma estrutura sócio-econômica desigual e concentradora:

As características centrais do padrão de acumulação fundado numa predominância do Departamento III e, além disso, na forma com que foi financiada a acumulação de capital, contribuíram poderosamente para moldar uma das mais negativas faces da economia brasileira de nossos dias: a extremada concentração da renda, que deriva imediatamente da forma da concentração de capital que o padrão de acumulação propiciou. (OLIVEIRA, 1989, p. 89).

Francisco de Oliveira afirma que essa foi a situação econômica herdada pelo governo de Jânio Quadros e João Goulart e foi por conta deste cenário que se fez necessário a criação do Plano Trienal, desenvolvido por Celso Furtado. Porém este plano, por conter o caráter contraditório de buscar a estabilização do processo inflacionário gerando condições para uma nova fase de acumulação ao mesmo tempo em que evita penalizar a classe trabalhadora, segundo Oliveira, *“vai levar à falência toda a política econômica, e não apenas ela: também o regime democrático.”* (OLIVEIRA, 1989, p. 91).

No fim do período sob análise, vários fatores convergem para dar à mesma a dimensão que história hoje registra. O uso indiscriminado de uma política monetária e financeira irresponsável – frise-se, basicamente deflagrada na Presidência de Kubitschek – reduzirá drasticamente o poder aquisitivo dos salários, dando origem, como natural reação para restabelecer pelo menos parcialmente aquele poder, a uma intensa mobilização política, ao mesmo tempo que também já não servia aos propósitos anteriores, seja de financiar internamente a acumulação de capital, seja para succionar e transferir renda de uns grupos para os outros, com o que também

seu significado para as classes empresariais. (OLIVEIRA, 1989, p. 91).

Dessa forma, Oliveira afirma que o processo de acumulação capitalista adotado no governo de Juscelino Kubitschek teve como característica uma irresponsável política monetária e financeira que deteriorou o poder de compra dos trabalhadores, uma política fiscal conservadora que não ampliava as receitas do Estado, ao mesmo tempo em que eram feitos gastos necessários em infraestrutura e uma enorme abertura ao capital estrangeiro que criou setores oligopolizados e amputou os impulsos do desenvolvimento interno dos demais setores da economia, principalmente no Departamento I. (OLIVEIRA, 1989, p. 91).

Longe de defender argumentos conservadores e liberais, Francisco de Oliveira está criticando a posição política adotada pelo governo de Juscelino Kubitschek de desenvolver repentinamente um determinado setor da economia – Departamento III – sem considerar o desequilíbrio departamental existente na estrutura econômica brasileira, devido à má formação do Departamento I. Além disso, o governo JK, para levar adiante este projeto, recorreu desmedidamente ao capital estrangeiro. Para Oliveira, este processo teve como consequência a crise verificada entre os anos de 1962 e 1967.

A crise que se abre, cuja resolução se analisará em seguida, não é uma crise de realização da produção, embora para alguns ramos industriais, dependentes do consumo popular, isso também ocorresse; é uma crise já de concentração, em primeiro lugar, uma crise gerada pela contradição entre um padrão de acumulação e fundado no Departamento III e as fracas bases internas do Departamento I, e, em última instância, uma crise de realização dos excedentes internos que não podem retornar à circulação do dinheiro-capital; é em suma, crise gerada pela enorme gravitação das empresas de capital estrangeiro. (OLIVEIRA, 1989, p. 92).

Francisco de Oliveira afirma que durante a crise econômica ocorrida entre os anos de 1962 e 1967, o Brasil sofreu uma significativa mudança em sua estrutura política ocorrida devido ao golpe militar de 1964. O novo regime político brasileiro criou o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) um plano econômico que tinha por objetivo estabilizar a economia para permitir o surgimento de um novo ciclo de acumulação.

O padrão de acumulação ainda era focado no Departamento III e a forma de financiamento ocorreu através da intensificação do processo de contenção dos salários reais que só foi permitida, segundo Francisco de Oliveira, pela influência do governo militar nos sindicatos e pela substituição das forças políticas existentes no governo anterior.

Internamente, um velho remédio, em desuso apenas nos manuais, é reativado em escala ampla e abrangente: a contenção dos salários, cuja possibilidade se dá pelo desmantelamento, em primeiro lugar da coalizão política anterior, e em segundo pela intervenção nos sindicatos, postos sob o controle do Governo. (OLIVEIRA, 1989, p. 92).

Segundo Oliveira, uma das medidas adotadas pelo governo militar foi a correção de preços das empresas estatais para eliminar seus déficits e aumentar o retorno dos capitais. Entretanto, esse processo resultou em uma pressão inflacionária que não prejudicou significativamente os lucros das grandes empresas, pois estas possuíam um forte grau de oligopolização do mercado. Além disso, Oliveira ressalta que essas empresas ganhavam espaço com a saída de pequenas empresas que faliam devido à conjuntura econômica em curso.

Outra medida adotada pelo Estado foi a concretização de uma reforma fiscal audaciosa ao mesmo tempo em que concedeu incentivo e subsídios fiscais às empresas privadas. Para o autor, esse mecanismo funcionou como forma de financiamento interno. Oliveira afirma que, nesse novo período, as empresas estatais, beneficiadas por sua característica praticamente monopolista, se transformaram num sólido bloco capitalista e acentuam o processo de concentração de renda no Brasil. (OLIVEIRA, 1989, p. 95).

Segundo Francisco de Oliveira, as empresas estatais passaram a possuir uma nova função dentro da estrutura econômica e transformaram-se em parte significativa do conjunto de capital produtivo existente na economia nacional. Além disso, Oliveira sustenta que as empresas estatais passaram a ser responsáveis pela geração de seus próprios recursos, *“para cortar a dependência umbilical dos recursos do Estado”* (OLIVEIRA, 1989, p. 79), como também, se transformarem em empresas lucrativas.

Considerando a necessidade de gerar meios de pagamentos internacionais e também de criar condições para impulsionar o novo ciclo de acumulação interna, Oliveira afirma que o Estado possibilitou a entrada de capitais estrangeiros sob a forma de empréstimos, porém, as empresas nacionais praticamente não se utilizavam desse benefício, pois não eram avaliadas em boas condições financeiras para honrar seus compromissos. (OLIVEIRA, 1989, p. 97)

Em síntese, a fase agônica inicial é de preparação, mesmo porque à escala internacional não se está em presença, ainda, de uma fase de exportação de capitais por parte dos países capitalistas mais desenvolvidos, o que dificultará sobremodo a implementação das medidas de caráter interno e externo tomadas pela gestão Campos, e que vão realizar toda sua potencialidade apenas na fase de êxtase do milagre, que se lhe segue, tendo como ano de referencia o de 1968. (OLIVEIRA, 1989, p. 98).

Assim, segundo o autor, as medidas econômicas adotadas pelo Estado durante o início do regime militar, que Oliveira denominou de “fase agônica”, constituíram-se principalmente em uma “preparação institucional” que permitiu o surgimento de um novo ciclo de acumulação capitalista, ou seja, o Estado atuou com políticas de intervenção e incentivos que permitiram uma expansão econômica no período seguinte, denominado por Oliveira de “fase do êxtase”. (OLIVEIRA, 1989, p. 97)

Francisco de Oliveira afirmava que a economia brasileira já dava sinais de crescimento desde 1967, porém esse crescimento não teria sido tão intenso se não fossem os recursos externos utilizados como meios de pagamento internacionais. Isto é, o endividamento externo brasileiro foi utilizado como ferramenta que permitiu um novo ciclo de expansão capitalista. Oliveira afirma que essa é uma das principais consequências de possuir um desenvolvimento focado no Departamento III utilizando-se de capital estrangeiro, que tem a necessidade de repassar lucros para suas matrizes fora do país.

O recurso à dívida externa soluciona, nessa etapa, a contradição assinalada entre um processo de expansão de realização interna controlado por propriedade externa, e mais, entre aquele processo e a exportação de estímulos para os Departamentos I das economias capitalistas centrais. (OLIVEIRA, 1989, p. 99).

Assim, segundo o autor, devido aos ajustes econômicos e à criação de uma base institucional no período 1964-1967, juntamente com as soluções permitidas pelo endividamento externo, o Brasil logrou um crescimento econômico médio de 8% a 9% por ano, no período de 1968-1974. Vale salientar que as estatísticas recentes registram que, durante este período o Brasil registrou crescimento médio de 11% ao ano. (ABREU, 1990, p. 408).

Segundo Francisco de Oliveira, a expansão do processo de acumulação capitalista baseada no Departamento III aumentou a desproporcionalidade entre os demais departamentos de bens de capital e bens de consumo não-duráveis. Assim, reforça-se o argumento de que a expansão baseada no Departamento III, sob a propriedade de capitais estrangeiros, gerou uma crise no Balanço de Pagamentos – devido à necessidade de importações do Departamento I oriundas dos países centrais e do repasse de lucros – que só foi resolvida recorrendo-se ao endividamento externo.

Em todo esse processo, evidencia-se a forte importância que o Estado exerceu dentro da estrutura capitalista brasileira. Vale dizer que, conforme ressaltado por Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 1989, p. 114), o Estado assumiu uma considerável função na economia brasileira, porém agora essa função estava diretamente relacionada com a órbita produtiva dos setores no qual nem capital nacional nem o capital estrangeiro foram capazes de intervir. Isto é, o Estado foi utilizado como ferramenta – seja institucional ou propriamente produtiva – que permitiu a expansão de empresas capitalista monopolista no Brasil.

Quanto a isso Oliveira afirma que “*não há capitalismo monopolista sem o Estado*” (OLIVEIRA, 1989, p. 125) e ao contrário do que poderia parecer, essa relação entre capital estrangeiro e o Estado, se enquadrava na lógica de reprodução do capital:

Ao contrário de uma confrontação, o pós-64 levou à soldagem de interesses entre o Estado e o capital estrangeiro, e essa estatização *não* é antagônica ao capital. Os anos do “milagre”, 68 a 73, na verdade foram o resultado da aplicação sistemática da política que atendia a esses dois interesses específicos e que levaram, no fundo, a reproduzir em escala ampliada tanto o papel quanto a potência de cada um desses agentes específicos. (OLIVEIRA, 1989, p. 125).

Oliveira argumenta que, considerando a importância que as empresas estatais possuíam no ciclo de acumulação capitalista nacional, uma crise econômica se transformaria automaticamente em uma crise de Estado, além de que, com a influência que o Estado exercia em toda a estrutura produtiva do país, qualquer alteração mais audaciosa por parte do Estado, certamente acarretaria grande distúrbio econômico. Foi por esse motivo que, segundo Oliveira, as reformas deveriam ser feitas de maneira gradual, o que prolongava ainda mais a superação da crise.

A política gradualista, menos do que uma opção teórica, é uma imposição da impotência do Estado para remanejar sua própria política fiscal, de inversões, financeira, e o gradualismo nesse caso faz prolongar a crise. (OLIVEIRA, 1989, p. 104).

Oliveira afirma que a poupança realizada na economia brasileira foi de caráter compulsório. Segundo o autor, esta situação se explica pela acumulação com ênfase no Departamento III sob o domínio do capital estrangeiro que necessitava repassar os lucros. Além disso, Francisco de Oliveira argumenta que o descompasso entre o Departamento III e o Departamento I, de propriedade estatal ou do capital nacional, contribuiu para essa situação, uma vez que as empresas do Departamento III, por serem formadas pelo capital estrangeiro, além de não ter interesse em financiar a acumulação de capital internamente, poderiam recorrer ao capital internacional sempre que necessitasse de financiamento, o que não ocorria com as empresas do Departamento I. Ou seja, o autor está argumentando que o problema da falta de poupança interna prejudicava apenas os setores nacionais, seja de capital estatal ou privado.

Sob o aspecto do financiamento interno da acumulação de capital, apesar do enorme crescimento da economia nacional, não se conseguiu criar mecanismos de financiamento a longo prazo que não sejam de caráter compulsório, utilizando-se o Estado como coletor desses fundos, questão que não está divorciada por inteiro, como pode parecer, do próprio caráter do Estado e do regime político do País. (OLIVEIRA, 1989, p. 104).

Oliveira ressalta que a acumulação capitalista brasileira, consubstanciada no desenvolvimento do Departamento III, desencadearia um processo de inflação

específico que ocorre principalmente devido à grande influência do capital externo. Na realidade, segundo ele, as grandes empresas estrangeiras aumentavam seus preços para não diminuírem seus lucros, naturalmente esse movimento só foi possível devido à estrutura oligopolística do setor. Assim, o processo de acumulação real passou a não ser tão intenso e começava, já nos primeiros anos da década de 1970, a mostrar sinais de saturação, ou seja, dificuldades de acumular.

Essa inflação de custos (que, em última instância, é uma inflação de lucros) é peculiar, pois, à forma preponderante do Departamento III na acumulação de capital, às formas de seu financiamento e à qualidade do controle forâneo do seu capital, e seu reflexo mais profundo aponta para a queda das taxas de lucro específicas ou setoriais e global. (OLIVEIRA, 1989, p. 107).

Ao sugerir como seria o novo ciclo de acumulação no Brasil que estava por ocorrer na segunda metade da década de 1970, Oliveira afirma que este provavelmente seria sustentado no desenvolvimento do Departamento I, a não ser que se conseguisse ativar o Departamento II, responsável pela geração de divisas que possibilitaria reestruturar o problema das contas externas. Assim, segundo prognóstico do autor, o Brasil voltaria ao padrão de acumulação existente nas primeiras décadas da expansão capitalista brasileira e que durou até o início dos anos de 1950.

Considerando a situação em que se encontrava o Departamento II e os projetos negociados entre as empresas estatais juntamente com o capital estrangeiro, Francisco de Oliveira acreditava que o novo padrão de acumulação certamente ocorreria com base no Departamento I. (OLIVEIRA, 1989, p. 108). De fato, o II PND, plano econômico que deu base a esse novo ciclo de expansão econômica objetivava impulsionar o setor de bens de capital, como sugeria a análise de Oliveira.

Ao analisar as perspectivas para a economia brasileira para a última metade dos anos 1970, Francisco de Oliveira afirmava que a grande questão a ser colocada era de quem seria a propriedade dos capitais que seriam utilizados nessa nova fase de acumulação capitalista sustentado pelo Departamento I. Para o autor, caso esse capital fosse novamente de origem estrangeira, certamente esse novo ciclo não seria sustentável, repetindo a lógica do padrão de acumulação anterior. Isto é,

novamente teríamos uma contradição entre uma industrialização voltada para um mercado interno, assentada sobre a propriedade estrangeira, que necessitaria repassar parte de seus lucros à circulação internacional de capitais.

Mesmo sabendo das dificuldades de estratégias puras, ou seja, sem a interferência do capital estrangeiro, Oliveira conclui que o ideal seria que esse novo ciclo de acumulação fosse sustentado somente pelo capital nacional, seja público ou privado, pois assim, em suas palavras, teríamos:

[...] melhores efeitos a longo prazo, pela auto-sustentação que pode conferir ao processo de acumulação interno e pela solução da contradição com as disponibilidades futuras de meios de pagamentos internacionais, pois não haveria lucros a remeter, embora certamente houvesse juros, direitos de assistência técnica, etc.” (OLIVEIRA, 1989, p. 110).

2.3 As funções do Estado e o tripé capital estatal, privado e externo.

Percebemos que ao descrever o processo de evolução capitalista brasileiro a partir do início da década de 1950, Francisco de Oliveira enfatizava as conseqüências da inserção do capital externo na economia nacional, bem como as políticas executadas pelo Estado para facilitar a atração destes investimentos estrangeiros em setores estratégicos de nossa economia.

Este processo foi analisado por Francisco de Oliveira de forma original, principalmente quando autor relatava como a função do Estado foi alterada desde o término do *pacto populista* e o surgimento do que Oliveira chamava de Estado bonapartista. Este Estado passava a ser representado pelas Forças Armadas que permitiram a intensificação do processo de acumulação capitalista brasileiro, obstaculizado pela existência do pacto populista. Isto é, segundo Oliveira, o regime militar fez compor uma nova relação de força, se aliando ao capital privado e estrangeiro sem manter o compromisso anterior com as classes sociais subordinadas e foi essa posição política que permitiu o avanço do processo de expansão capitalista nacional e intensificou a formação de uma estrutura monopolística no Brasil. (OLIVEIRA, 1989, p. 120).

[...] A estatização a que se opunha o capital estrangeiro era a estatização que se fazia *contra* seus os seus interesses. Ao contrário de uma confrontação, o pós-64 levou à soldagem de interesses entre o Estado e o capital estrangeiro, e essa estatização *não* é antagônica ao capital. Os anos do “milagre”, 68 a 73, na verdade foram o resultado da aplicação sistemática da política que atendia a esses dois interesses específicos [...]. (OLIVEIRA, 1989, p. 125).

Conforme relatou Francisco de Oliveira, essa união – ou soldagem, como colocado pelo autor – entre Estado, capital privado e estrangeiro, ao contrário do que parecia, foi significativamente eficiente para a evolução da expansão capitalista brasileira. Embora, aparentemente, aqueles que eram contrários a intervenção do Estado demonstrassem receio com uma presença ativa do Estado, essa posição político-ideológica ocorria somente enquanto aparentava risco à expansão do próprio capital privado, seja ele nacional ou estrangeiro. Para todas aquelas atividades na qual a intervenção direta do Estado fosse interessante para promover o processo de acumulação capitalista, ela não somente foi aceita como também foi defendida.

Francisco de Oliveira relatou as conseqüências políticas desta nova função exercida pelo Estado, aliado ao capital nacional privado e ao capital externo. Segundo o autor, a união do Estado com o capital estrangeiro ocorreu justamente porque este último tinha a capacidade de inserir na economia nacional um fator ausente, que era justamente um potencial tecnológico capaz de aumentar a produtividade do trabalho na economia brasileira e acelerar a acumulação capitalista. (OLIVEIRA, 1989, p. 117).

Há uma estratégia que procura soldar os interesses de certos Estados com os interesses das empresas multinacionais. Para esse tipo de estratégia não há melhor sócio do que o Estado. É o Estado que controla a classe operária; é o Estado que determina o nível dos salários; é o Estado que passa a ter interesse na reprodução do lucro de suas empresas e, portanto, tem que cuidar muito bem delas. Essa soldagem de interesses dá uma nova dimensão a essa articulação do tripé, e dá uma nova feição a essas relações dentro da própria coalizão dominante e impossibilita a reelaboração das relações entre a coalizão dominante e as classes sociais subordinadas. (OLIVEIRA, 1989, p. 132).

Segundo Oliveira o Estado deixou de ter aquela função executada nos períodos anteriores de compromisso oligárquico e intermediador de disputa de poderes. Nesta nova etapa de acumulação, o Estado passou a ter uma função direta no setor produtivo, obtendo controle total de alguns setores fundamentais dentro da estrutura econômica brasileira, como era o caso da extração de petróleo, mineração e energia.

Com relação a este processo, Leda Paulani descreve objetivamente os argumentos expostos e defendidos por Francisco de Oliveira em seu artigo – também inserido no livro *Economia da dependência imperfeita* (1989) – *Expansão capitalista, política e Estado no Brasil: notas sobre o passado, o presente e o futuro* [1975]:

Ele dizia que havia um Estado bonaparte, que estava executando as tarefas que haviam sido anteriormente do populismo e cuja falência deixou inacabadas. Dentre essas tarefas, a principal era a consolidação e o aperfeiçoamento dos mecanismos que iriam conferir à economia brasileira os contornos de um controle monopolístico. O resultado inusitado dessa substituição do populismo pelo Estado bonaparte foi não só a solda – com chama o Chico – contraditória, evidentemente, do interesse do Estado com os interesses do capital estrangeiro, como também a produção – para horror dos turistas ideológicos da direita – de uma estatização que não é antagônica ao capital, mas contraditoriamente a isso, que é funcional naquele momento da história capitalista mundial e da história econômica e social brasileira. (PAULANI, 2006, p. 119).

Segundo Oliveira, o Estado, ao se aliar ao capital estrangeiro, ficava impossibilitado de executar uma relação com as classes sociais subordinadas, pois para que essa união entre Estado e capital estrangeiro fosse possível, foi necessário um distanciamento com as classes subordinadas, justamente para sustentar a soldagem dos interesses do capital privado nacional e do capital estrangeiro. (OLIVEIRA, 1989, p. 125).

Para o autor, este processo levou a concretização de uma perversa concentração de renda e a intensificação do processo de centralização do capital, assim como levou ao distanciamento político das classes sociais subordinadas. Oliveira relatava que esta política executada pelo Estado, após abandonar o pacto populista, manteve as classes sociais subordinadas em *uma espécie de solidão*, sem qualquer representatividade política. Para ele, a instabilidade do regime residia

justamente neste aspecto, uma vez que o Estado era incapaz de construir uma relação política com as classes subordinadas que não fosse através da relação de força. (OLIVEIRA, 1989, p. 125).

2.4 Conclusão

Como vimos neste capítulo, nos artigos reunidos no livro *A Economia da Dependência Imperfeita* [1989], Francisco de Oliveira analisou o desenvolvimento capitalista brasileiro a partir do início da década de cinquenta, buscando compreender o padrão de acumulação capitalista das diferentes fases econômicas e suas respectivas formas de financiamento.

Francisco de Oliveira relatou as *características específicas* do processo de expansão capitalista nacional e suas consequências na produção de uma desigual distribuição de renda e na incapacidade de criação de uma base sólida de acumulação interna. Segundo o autor, a insistente utilização de capital estrangeiro dentro da estrutura econômica nacional e o conseqüente grau de oligopolização gerado foi um dos principais motivos para o surgimento destes problemas em nosso país.

O capital estrangeiro teria sido utilizado como solução para se desenvolver o Departamento III, uma vez que não tínhamos bases internas de financiamento ao mesmo tempo em que o Departamento I, que dá sustentação à expansão do Departamento III, ainda não tinha sido completamente desenvolvido. Oliveira mostrou como esse padrão de desenvolvimento gerou uma extrema concentração de renda no Brasil. Além disso, o desenvolvimento do processo produtivo brasileiro utilizou-se de tecnologias dos países mais desenvolvidos para aumentar a produtividade do trabalhador periférico, ao passo que esse ganho de produtividade não foi repassado nos salários. A contribuição de Oliveira neste livro é resumida por Carlos Alberto Bello da seguinte maneira:

[...] No livro *A Economia da Dependência Imperfeita*, Oliveira construiu uma interpretação bastante original da dinâmica econômica brasileira entre o início da república e meados dos anos 70.

Utilizando-se de conceitos marxistas como a dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção e a teoria de crise econômica como expressão das desproporcionalidades entre os três departamentos de produção, Oliveira buscou analisar a economia brasileira a partir da dinâmica das suas contradições estruturais, contidas ou plenamente manifestadas em função das variadas formas pelas quais se relacionaram as classes sociais e o Estado nos diversos momentos históricos. (BELLO, 2006, p. 68).

Francisco de Oliveira deixou evidente que não é possível entender o processo de acumulação capitalista ocorrido no Brasil se não considerarmos a importância que possuiu o tripé *capital estatal, capital privado nacional, e capital estrangeiro*. Para ele, as relações políticas existente entre este tripé deram condições para a expansão do processo de acumulação capitalista nacional.

Além disso, Francisco de Oliveira trouxe uma contribuição original quanto a importância da participação ativa do Estado no ciclo de expansão capitalista brasileiro sustentado pelo desenvolvimento do departamento III, de bens de consumo duráveis.

Neste período o Estado não somente construiu políticas para incentivar a inserção do capital estrangeiro, como também foi um agente ativo como investidor produtivo. Esta presença do Estado, ao contrário de ser antagônica ao processo de acumulação de capital, foi consideravelmente eficiente para expansão capitalista brasileiro.

Dessa forma, podemos dizer que nesta segunda fase de sua obra, a principal contribuição de Francisco de Oliveira para a formação da economia política nacional foi a busca por compreender a *especificidade* do desenvolvimento capitalista brasileiro. Para isso, o autor utilizou-se de uma interpretação econômica conjuntamente associada às relações políticas e sociais existentes na sociedade. Francisco de Oliveira evidencia novamente neste período, uma característica constante em sua obra, isto é, a recusa ao economicismo e, mais uma vez, contribuiu intensamente para a construção de sua interpretação teórica original da economia brasileira.

Como vimos, nos dois momentos da obra de Oliveira destacados até agora neste trabalho, o autor produziu uma interpretação diferenciada do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, Isto é, Francisco de Oliveira soube apresentar

de uma abordagem peculiar para cada momento da histórica econômica brasileira que se propôs a analisar.

Veremos no capítulo seguinte que *O ornitorrinco* (2003a) será utilizado como objeto de estudo para demonstrarmos a terceira fase da obra de Francisco de Oliveira, caracterizada por estudos que buscam compreender o processo de expansão capitalista nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, considerando toda a complexidade de um mundo globalizado, como um intenso desenvolvimento tecnológico e científico.

CAPÍTULO 3 – O ORNITORRINCO

Passados trinta anos da primeira publicação do célebre ensaio *Crítica à razão dualista*, Francisco de Oliveira escreve um novo artigo, intitulado *O ornitorrinco* (2003a). Ambos os trabalhos são publicados em um mesmo livro gerando um intenso debate entre os acadêmicos brasileiros.

O ornitorrinco será utilizado como objeto de estudo para relatarmos a terceira fase da obra de Francisco de Oliveira, caracterizada por estudos que buscam compreender o atual processo de expansão capitalista nacional considerando toda sua complexidade em um mundo globalizado.

O artigo *O ornitorrinco* foi escolhido para análise neste capítulo, pois consideramos tratar-se de um trabalho que sintetiza as conclusões de Francisco de Oliveira construída através das pesquisas as quais o autor se dedicou nos últimos anos. Vale dizer que parte da idéias apresentadas por Francisco de Oliveira em *O ornitorrinco* já eram gestadas desde o final da década de 1980, nos trabalhos relacionados ao *antivalor*.

Os trabalhos produzidos por Oliveira relacionados ao tema do *antivalor* foram reunidos em um só livro e publicados em 1998 com o título de *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita* (1998). As idéias defendidas neste livro podem ser consideradas, em parte, a semente dos argumentos apresentados por Francisco de Oliveira em *O ornitorrinco*.

Devemos salientar também que, nesta que consideramos ser a terceira fase de sua obra, Oliveira se depara com um contexto mundial totalmente diferenciado daquele em que foram produzidas as obras analisadas nos capítulos anteriores. Este período se caracteriza externamente pela existência de um intenso processo de globalização e mundialização financeira, além de um significativo avanço tecnológico e científico.

Quanto ao cenário interno, podemos dizer que houve mudanças em todos os níveis da sociedade brasileira, principalmente devido ao processo de redemocratização. Aliás, ao contrário dos trabalhos analisados nos capítulos anteriores, que foram publicados durante o regime autoritário, *O ornitorrinco* (2003a) é uma obra produzida e publicada durante o período recente de democratização

política brasileira. Por esse motivo, a análise de Francisco de Oliveira considera o contexto político atual e as relações partidárias existente na recente história política nacional.

Nesta terceira fase da obra de Oliveira, é possível perceber uma aproximação teórica do autor à chamada *Teoria Crítica da Sociedade* e aos pensadores *frankfurtianos*, principalmente, Theodor Adorno e Walter Benjamin. Na verdade, em seus trabalhos publicados nos últimos anos, Francisco de Oliveira comumente faz referência às teses e aos autores da intitulada “Escola de Frankfurt”. Os autores frankfurtianos foram fortemente influenciados pela teoria marxista, utilizando-se dos conceitos de classes sociais e do método dialético, pretendendo produzir uma crítica à teoria científica tradicional.

Conforme colocado por Wolfgang Leo Maar (2006), a obra de Oliveira possui diversas semelhanças com os autores frankfurtianos – e nesta terceira fase de sua obra, essas semelhanças são mais intensas – não somente por conter uma interpretação radicalmente crítica da sociedade, mas também porque Francisco de Oliveira reúne a característica de ser um sociólogo-economista e, assim como Marx e Theodor Adorno, constrói uma interpretação da sociedade considerando aspectos simultâneos entre economia, sociedade e política.

Esta perspectiva crítica é radicalmente marxista, no verdadeiro sentido do *ser radical*. Vincula a obra de Francisco de Oliveira e a Teoria Crítica da Sociedade – a chamada “Escola de Frankfurt”, referência usada aqui sem rigor, pois a expressão denota o segundo período alemão do Instituto de Pesquisa Social –, em especial em sua vertente adorniana. Nesta medida, caberia apreender em Chico de Oliveira, além da pernambucana e da paulistana, o exercício pleno de uma terceira *cidadania frankfurtiana*. (MAAR, 2006, p. 38).

Entendemos que essa terceira fase da produção teórica de Francisco de Oliveira é uma obra ainda em desenvolvimento, principalmente pelos desdobramentos e discussões gerados desde a publicação de *O ornitorrinco*. Na realidade, desde que o referido ensaio foi publicado, intensificou-se as discussões em um campo teórico de interpretação crítica da sociedade brasileira atual, principalmente pelo desencadeamento dos debates em relação ao conceito de *estado de exceção*.

Estas idéias ainda estão em constante desenvolvimento dentro do debate acadêmico nacional e será brevemente relatado no capítulo que se segue.

3.1 O novo cenário econômico e o surgimento do *Ornitorrinco*

Nas últimas décadas do século XX houve uma significativa alteração no padrão de desenvolvimento capitalista mundial. A partir de então, houve uma maior integração entre as economias mundiais facilitadas principalmente pelo processo de globalização e mundialização financeira e do grande avanço tecnológico ocorrido neste período. A evolução deste processo desencadeou fortes transformações também nas economias periféricas. Um breve histórico deste processo se faz necessário para que possamos compreender o surgimento dos problemas apresentados por Francisco de Oliveira em *O ornitorrinco*, no que se refere à economia brasileira.

A partir do início da década de 1990, há uma intensificação das orientações neoliberais materializadas na adoção da agenda de políticas de reformas liberais denominada como Consenso de Washington. A execução das políticas econômicas orientadas pelo Consenso de Washington levou a mudanças drásticas no comportamento geral das economias emergentes, principalmente a economia brasileira.

Essas políticas tinham como objetivo adequar o modelo econômico brasileiro com o intuito de modernizar a economia nacional além de executar reformas que visassem promover a estabilidade econômica e monetária e a superar o problema inflacionário brasileiro.

O Consenso de Washington, formulado em 1989 por organizações supranacionais do capital como o FMI, o Banco Mundial e pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, constitui um conjunto de medidas a serem executadas para promover o ajustamento econômico dos países em desenvolvimento e a sua participação no contexto internacional. Dentre elas medidas “básicas” destinadas aos países que desejassem adquirir recursos financeiros e econômicos: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das

estatais; desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); direito à propriedade. (NEVES, 2008, p.115).

Desde o surgimento das idéias liberalizantes defendidas pelos países centrais, cujo símbolo é justamente o Consenso de Washington, as intervenções do Estado na economia eram consideradas uma barreira para o desenvolvimento econômico-social, principalmente nos países emergentes. Tratava-se de um discurso defendido pelos países centrais enquanto estes, na prática, continuavam executando políticas econômicas com forte intervenção do Estado. (NEVES, 2008, p.115).

No governo do presidente Itamar Franco (1990 - 1994), as mudanças na estrutura econômica brasileira foram ainda mais significativas. O governo promoveu a desregulamentação do mercado financeiro e a abertura do fluxo internacional de capitais. Neste mesmo governo, foram feitas alterações na legislação para permitir a inversão de divisas e para facilitar o início do processo de privatização patrimônio público brasileiro.

No ano de 1994, a implementação do Plano Real permitiu ao Brasil alcançar a estabilidade monetária e abriu caminho para que as políticas neoliberais fossem continuadas nos dois governos seguintes do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) que se utilizou do sucesso do plano como principal ferramenta de campanha eleitoral.

A justificativa para a execução das políticas liberais do governo de FHC era a necessidade de produzir uma reforma no Brasil com o intuito de modernizá-lo. O discurso era feito em defesa das políticas liberais, pois assim seria possível colocar o Brasil em condições de competir com os demais países em num mundo globalizado. Defendia-se a necessidade de atrair investimentos estrangeiros e, conseqüentemente, adquirir condições de competir internacionalmente e promover o desenvolvimento econômico.

Dentre as medidas que deveriam ser executadas para promover a modernização brasileira, estava a necessidade de diminuir o tamanho do Estado e aumentar sua eficiência econômica, reduzindo assim, o montante dos gastos públicos, sejam com investimentos em infraestrutura como também os gastos sociais.

Podemos dizer que a década de 1990 foi marcada por diversas transformações na economia brasileira, principalmente devido ao processo de abertura econômica. Porém, essas mudanças tiveram pontos negativos, como por exemplo, o processo de privatização das empresas públicas – principalmente para o capital estrangeiro –, elevação das taxas de juros e aumento do endividamento público que gerou por consequência a elevação da dependência externa. (NEVES, 2008, p.115).

Após a experiência de mais de uma década com governos neoliberais, a oposição política brasileira, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, consegue eleger Lula para a Presidência da República. Tanto Lula quanto o Partido dos Trabalhadores defendiam historicamente políticas progressistas e com uma tendência política à esquerda. Havia um sentimento nacional de mudança que logo se atenuou devido à condução de uma política conservadora por parte do Governo Lula.

Logo após a eleição de Lula para presidente, ao ser questionado por um repórter de qual seria a magnitude histórica que a vitória de Lula representava, Francisco de Oliveira responde da seguinte forma:

Vou falar na perspectiva de hoje, porque haverá um tempo posterior que a confirmará ou não. Eu diria que a vitória do Lula é uma espécie de refundação do Brasil. Nós tivemos, nos últimos 150 anos, alguns grandes marcos que foram verdadeiras refundações do Brasil. Começando pela Abolição, pela República e a Revolução de 30. Lula é o quarto marco. Não estou tomado pelo otimismo ingênuo de achar que as coisas vão mudar muito. O que nos autoriza a pensar em refundação é o fato de que, pela primeira vez, os dominados estão fazendo a história. (OLIVEIRA, 2002).

Logo durante o primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), Francisco de Oliveira já mostrava discordância com as políticas continuístas adotadas pelo governo Lula e rompe com o Partido dos Trabalhadores – partido que, como vimos, ele mesmo ajudou a criar.

Neste contexto, Oliveira expõe em *O ornitorrinco* uma tentativa de interpretação atual da sociedade brasileira. A análise produzida pelo autor neste trabalho, que consideramos exemplificar a terceira fase de sua obra, se depara com uma conjuntura econômica mundial totalmente diferenciada daquela existente nas fases anteriores de sua produção teórica. Oliveira se depara com um cenário

econômico e político significativamente mais complexo e que cuja compreensão exige uma análise consideravelmente diferenciada daquelas produzidas nas fases tratadas nos dois capítulos anteriores.

3.2 *O ornitorrinco: uma alegoria da sociedade brasileira*

Considerando as mudanças no padrão de desenvolvimento capitalista e a função exercida pelo Brasil neste processo, Francisco de Oliveira publica *O ornitorrinco* para oferecer sua contribuição crítica para o entendimento da realidade nacional. Este novo ensaio desperta curiosidade desde seu título. Oliveira, abusando de seu poder criativo, utiliza-se do curioso animal existente nas águas da Oceania para ilustrar o estágio de evolução atual do capitalismo brasileiro e para explicitar as contradições geradas pela evolução capitalista nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI.

Ornitorrinco - s.m. (Do gr. ornis, ornithos. Ave + Rhynekhos. bico.) Ornithorhynchus anatinus. Mamífero monotremo, da subclasse dos prototérios, adaptado à vida aquática. Alcança 40cm de comprimento, tem bico córneo, semelhante ao bico de pato, pés espalmados, rabo chato. É ovíparo. Ocorre na Austrália e na Tasmânia. (Família dos ornitorrinquídeos). Encicl. O ornitorrinco vive em lagos e rios, na margem dos quais escava tocas que se abrem dentro d'água. Os filhotes alimentam-se lambendo o leite que escorre nos pêlos peitorais da mãe, pois esta não apresenta mamas. O macho tem um esporão venenoso nas patas posteriores. Este animal conserva certas características reptilianas, principalmente uma homeotermia imperfeita. (Grande enciclopédia Larousse Cultural. vol.18, São Paulo, Nova Cultural, 1998, apud OLIVEIRA, 2003a, p. 123).

O ornitorrinco é um bicho que colocou em discussão toda a teoria evolucionista desenvolvida pelo cientista inglês Charles Darwin. Este animal possui uma evolução truncada, conciliando várias correntes evolutivas, ou seja, ao mesmo tempo em que é mamífero, possui bicos de pato e é ovíparo. Misturam-se em um só animal, as características mais primitivas com o que há de mais moderno na escala de evolução.

Segundo Oliveira, a teoria marxista e a teoria cepalina não eram evolucionistas, uma vez que não concebiam o subdesenvolvimento como um estágio natural de evolução do capitalismo. Para os marxistas o subdesenvolvimento é uma produção do próprio sistema capitalista que necessita criar áreas pra permitir sua acumulação. Já para os cepalinos, o subdesenvolvimento é uma produção histórica ocorrida pela inserção de técnicas modernas dentro das estruturas econômicas arcaicas dos países periféricos.

A Crítica à Razão Dualista tenta apanhar esses caminhos cruzados: como “crítica” ela pertence ao campo marxista, e como especificidade, ao campo cepalino. Embora arroubos do tempo tenham inscrito nela invectivas contra os cepalinos, eu já me penitenciei desses equívocos, a forma tosca de ajudar a introduzir novos elementos na construção da especificidade da forma brasileira do subdesenvolvimento. Uma espécie de dívida do vício à virtude. Ela é cepalina e marxista no sentido de mostrar como a articulação das formas econômicas subdesenvolvidas incluía a política, não como externalidade, mas como estruturante. (OLIVEIRA, 2003a, p. 128).

Como podemos perceber, Francisco de Oliveira admite aqui a influência exercida pelo próprio pensamento cepalino em sua obra, principalmente porque sua crítica considera a especificidade da evolução do capitalismo periférico. Porém, isso não quer dizer que Oliveira assume os princípios dualistas defendidos pela teoria cepalina, ao contrário, foi exatamente o dualismo cepalino que o autor criticou, fazendo uso da teoria marxista.

No *O ornitorrinco*, Francisco de Oliveira resgata os principais tópicos de sua crítica ao pensamento cepalino. Primeiramente se refere a importância que o setor atrasados, como a agricultura, exercia no processo de acumulação capitalista brasileiro quando fornecia produtos baratos que reduziam o custo de reprodução da força de trabalho.

Outro fator indicado por Francisco de Oliveira foi o crescente exército industrial de reserva oriundo das migrações de trabalhadores do setor rural para as cidades. Dado esse aumento na oferta de força de trabalho no mercado urbano, naturalmente os salários tenderiam a cair, facilitando a expansão do capitalismo brasileiro. (OLIVEIRA, 2003a, p. 138).

Ao rejeitar o dualismo cepalino, acentuava-se que o específico da revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter ‘produtivo’ do atraso como condômino da expansão capitalista. O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia. Como disse Walter Benjamin, os oprimidos sabem do que se trata. O subdesenvolvimento finalmente é a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada, keynesianismo *avant la lettre*. (OLIVEIRA, 2003a, p. 131).

Assim, Oliveira demonstra novamente a função exercida pelo setor atraso na expansão do moderno, ratificando sua crítica ao pensamento dualista defendida pelos teóricos cepalinos. Além disso, percebemos aqui uma clara referência feita por Francisco de Oliveira a Walter Benjamin, pensador alemão que se tornou um dos maiores símbolos da “Escola de Frankfurt”. Oliveira traz a tona o conceito de “*Estado de Exceção*” muito discutido por Benjamin. Nas próprias palavras de Oliveira, “o estado de exceção torna legal aquilo que não pode ter forma legal”. (OLIVEIRA, 2006).

O conceito de *estado de exceção* tem sido presente nos trabalhos recentes produzidos por Francisco de Oliveira, porém, é possível dizer que tanto nos argumentos inseridos no *Crítica à razão dualista* quanto no *O onitorrinco* a idéia da exceção permanente já estava posta, embora, na primeira fase de sua obra, o autor não tenha tratado as questões nestes termos.

Francisco de Oliveira, volta a afirmar que a má distribuição de renda facilitava a acumulação, admite que este é o maior problema para a expansão capitalista brasileira, pois se torna um empecilho para a acumulação futura. Dessa forma, Oliveira argumenta que existiam formas que possibilitariam uma melhor distribuição de renda no Brasil, porém esse projeto não era compartilhado pela burguesia brasileira que nunca teve um compromisso nacional.

O crescimento da organização dos trabalhadores poderia levar à liquidação da alta exploração propiciada pelo custo rebaixado da força de trabalho. A reforma agrária poderia liquidar tanto com a fonte fornecedora do ‘exército de reserva’ das cidades, quanto com o poder patrimonialista. Mas faltou o outro lado, isto é, que o projeto emancipador fosse compartilhado pela burguesia nacional, o que não se deu. Ao contrário, esta voltou as costas à aliança com as classes

subordinadas, ela mesma já bastante enfraquecida pela invasão de seu reduto de poder de classe pela crescente internacionalização da propriedade industrial, sobretudo nos ramos novíssimos. (OLIVEIRA, 2003a, p. 131)

Nessa afirmação, notamos a influência que a *teoria da dependência* exerceu na construção do pensamento crítico de Francisco de Oliveira. Na realidade, a tese da inexistência de um projeto nacional por parte da burguesia brasileira, ainda acompanha as análises de Oliveira no que se refere ao desenvolvimento capitalista nacional. Conforme observa Roberto Schwarz, “[...] *Chico insiste numa tese que lhe é cara, segundo a qual a burguesia brasileira se aferra à iniciativa unilateral e prefere a desordem ao constrangimento da negociação social organizada [...]* (SCHWARZ, 2003, p.22).

Oliveira admite que a compreensão deste processo foi a maior contribuição acadêmica de Fernando Henrique Cardoso, porém, em seu estilo provocativo, Oliveira indica que ele, enquanto presidente, apenas executou as conclusões oriundas deste seu trabalho, isto é, ciente de que a burguesia brasileira não tinha um projeto nacional decidiu inserir o Brasil na lógica globalizada de acumulação capitalista:

Deste ponto de vista, o livro de Fernando Henrique Cardoso, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Difel, 1964, reconhecia que a burguesia industrial nacional preferia a aliança com o capital internacional. Trata-se talvez do que de melhor o ex-sociólogo, hoje ex-presidente e eterno candidato ao Planalto, produziu academicamente. Roberto Schwarz sustenta a tese de que Cardoso na presidência implementou exatamente suas conclusões neste livro, já que a burguesia nacional já havia renunciado a um projeto nacional; ele enveredou decididamente para integrar o país na globalização. (OLIVEIRA, 2003a, p. 132)

Para Francisco de Oliveira, o golpe de Estado de 1964 colocou fim a toda possibilidade de reforma no sistema capitalista brasileiro, não só por reiterar os mecanismos de concentração, como também por retirar o poder de representatividade da classe sindical que, defendendo os direitos dos trabalhadores, poderia servir de ferramenta para uma melhor distribuição de renda. Além disso, o regime militar então instaurado, utilizou-se fortemente de financiamento externo,

inserindo o Brasil na lógica da financeirização da economia, desencadeando os mecanismos de dependência financeira externa.

Para Francisco de Oliveira, *O ornitorrinco* é uma alegoria da sociedade brasileira recente, cujas contradições geradas pela evolução do processo de acumulação capitalista desencadearam a formação de uma estrutura econômica interna repleta de contradições. Nas palavras do autor:

Como é o ornitorrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, dunque nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte agrobusiness. Um setor industrial da Segunda Revolução industrial completo, avançando, tatibitate, pela terceira revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligados aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulário que sofisticado; noutra, extremamente primitivo, ligado exatamente ao consumo dos estratos pobres. Um sistema financeiro ainda atrofiado, mas que, justamente pela financeirização e elevação da dívida interna, acapara uma alta parte do PIB, cerca de 9% em 1998, quando economias que são o centro financeiro do capitalismo globalizado alcançam apenas 4% (Estados Unidos), 6% (Reino Unido), 4% (Alemanha), 4,2% (França). (OLIVEIRA, 2003a, p. 133).

O ornitorrinco, para Francisco de Oliveira, é a metáfora que descreve claramente o estágio de evolução capitalista em que o Brasil se encontra. Segundo o autor, o Brasil é dotado de características complexas misturando-se setores desenvolvidos e setores ainda primitivos.

Assim como descrito no *Crítica à razão dualista*, a coexistência de setores modernos e arcaicos ainda é uma característica presente na estrutura econômica nacional, porém, neste novo cenário econômico, essas contradições se mostram de modo mais perverso e parece não indicar maneiras de superação dessa realidade econômica e social.

As contradições internas brasileiras impendem a superação destes problemas existentes na estrutura econômica nacional. Segundo Oliveira, o ornitorrinco brasileiro é uma evolução truncada, sem capacidade de reprodução e de evolução para um novo padrão de desenvolvimento. Trata-se de uma:

[...] combinação esdrúxula de setores altamente desenvolvidos, um setor financeiro macrocefálico, mas com os pés de barro. Ele é uma figura magra, esquelética, sustentando uma cabeça enorme, que é esse sistema financeiro, mas com pernas esquiladas e anêmicas,

que são a desigualdade social e a pobreza extrema. Esse ornitorrinco não é como o subdesenvolvimento, que surgiu de uma singularidade histórica, quando o capitalismo mercantil alcançou a América, destruindo as civilizações pré-colombianas, e criando outras sociedades, chamadas subdesenvolvidas porque não eram um elo na cadeia do desenvolvimento, mas uma coisa criada pelo encontro do capitalismo com outras sociedades [...]. (OLIVEIRA, 2003d).

Assim como nas análises produzidas por Oliveira dos períodos anteriores da história econômica nacional, no *O ornitorrinco* o autor também busca relatar a situação das relações de trabalho existentes atualmente dentro da economia brasileira. Naturalmente, neste período recente temos um cenário absolutamente distinto daquele relatado pelo autor nas suas obras anteriores. Essa diferença se encontra principalmente devido a evolução tecnológica e a expansão das atividades relacionadas à informática, que não existiam anteriormente.

Segundo Francisco de Oliveira, “o ornitorrinco” na sociedade brasileira tende a gerar a criação de um trabalho abstrato virtual. O surgimento deste trabalho foi intensificado, segundo o autor, pela evolução tecnológica ocorrida desde as últimas décadas do século XXI. Oliveira utiliza-se do seguinte exemplo para exemplificar seu argumento:

[...] O trabalho mais pesado, mais primitivo, é também lugar do trabalho abstrato virtual [...]. Pense-se em alguém em sua casa, acessando sua conta bancária pelo seu computador, fazendo um trabalho que antes cabia a um bancário: de que trabalho se trata? (OLIVEIRA, 2003a, p. 138).

Segundo Francisco de Oliveira, no estágio atual de evolução capitalista com um alto nível de desenvolvimento científico-tecnológico há uma tendência ao não adiantamento de capital variável aos trabalhadores, isto é, esse adiantamento que era um custo para o capitalista, deixa de existir e o trabalhador obtém seus rendimentos somente após a realização do valor das mercadorias. É como se a remuneração de trabalhador dependesse da realização do lucro por parte do capitalista. Oliveira afirma que este processo se intensificou nos últimos anos devido ao aumento da informalização das relações de trabalho

Francisco de Oliveira afirma que no passado, enquanto se teorizava as características do subdesenvolvimento brasileiro, a situação de informalidade era

considerada uma situação passageira, como uma etapa provisória para a transição para a formalização das relações de trabalho, porém, atualmente o setor informal está cada vez maior e parece anunciar o futuro do setor formal. Dessa forma, considerando as atuais relações de trabalho, Francisco de Oliveira afirma que “os conceitos como formal e informal já não têm força explicativa”. (OLIVEIRA, 2003a, p. 138).

Mais uma vez a idéia de um *estado de exceção* surge na obra de Francisco de Oliveira, isto é, a informalidade, que em épocas anteriores parecia ser uma situação transitória, que fugia à regra, neste novo estágio do processo de expansão capitalista brasileiro é transformada em regra, em situação comum no mercado de trabalho. O capitalismo, em época de exceção, transforma em regra o que anteriormente era uma exceção à regra.

E a informalidade é importante na atual fase porque ela desagregou social e culturalmente a classe operária. Os operários que foram expulsos do ciclo de produção industrial e que para sobreviver viraram informais não pertencem mais à classe operária. Neste oceano de informalidade, de reestruturação produtiva e globalização, a classe operária diminuiu quantitativamente e, sobretudo, diminuiu sua qualidade política. (OLIVEIRA, 2003c).

Segundo Oliveira, este processo de “informalização” do trabalho conspira contra a política, uma vez que a produção de um exército “informal” de trabalhadores faz com que a classe operária fique cada vez mais enfraquecida politicamente. Principalmente em um panorama mundial que combina globalização e reestruturação produtiva, agravando a geração de desemprego e, por consequência, a informalidade.

Percebemos que Oliveira, neste trabalho, parece indicar que as condições econômicas determinam as diretrizes da política. Segundo o autor, atualmente a classe trabalhadora brasileira permanece enfraquecida, porém, podemos dizer que este enfraquecimento da classe operária também existia no Brasil nos outros dois períodos analisados por Oliveira e expostos nos capítulos anteriores. A diferença existente entre estes períodos é que, naquele cenário, as condições políticas do país impediam a organização dos trabalhadores, isto é, a fragilidade existia por conta da presença de um regime político autoritário. No cenário atual, essa fragilidade parece ocorrer pelas vias econômicas, em que as próprias condições das relações de

trabalho dificultam a organização da representatividade política da classe trabalhista brasileira.

Francisco de Oliveira diz que a situação atual do Brasil não é mais de completo subdesenvolvimento, porém ainda se mantém a relação de subordinação, que agora ocorre na esfera financeira. Isso é facilmente percebido, segundo Oliveira, quando analisamos o perfil da dívida brasileira que no ano de 2001 atingiu 41% do PIB nacional e teve 9,1% em gastos somente para pagamentos de serviços desta dívida.

O subdesenvolvimento pareceria ser uma evolução às avessas: as classes dominantes, inseridas numa divisão do trabalho que opunha produtores de matérias-primas a produtores de bens de capital, optavam por uma forma da divisão de trabalho interna que preservasse a dominação: “consciência” e não acaso. Ficava aberta a porta da transformação.

Hoje, o ornitorrinco perdeu a capacidade de escolha, de “seleção”, e por isso é uma evolução truncada: como sugere a literatura da economia da tecnologia, o progresso técnico é incremental; tal literatura é evolucionista, neoschumpeteriana. (OLIVEIRA, 2003a, p. 138).

Francisco de Oliveira afirma que o novo progresso técnico é incremental, ou seja, para sua evolução é necessário uma acumulação prévia de conhecimento técnico-científico. Esta característica é totalmente diferente do progresso técnico existente na segunda revolução industrial, que não necessitava de uma prévia acumulação técnico-científica, uma vez que o conhecimento era universalizado e poderia ser amplamente utilizado. Segundo o autor, o novo conhecimento técnico científico não é universal e está trancado nas patentes de forma que não é permitido o acesso a toda sociedade.

Do ponto de vista da acumulação de capital, isto tem fundas conseqüências. A primeira e mais óbvia é que os países ou sistemas capitalistas subnacionais periféricos podem apenas copiar o descartável, mas não copiar a matriz da unidade técnico-científica. Uma espécie de eterna corrida contra o relógio. A segunda, menos óbvia, é que a acumulação que se realiza em termos de cópia do descartável, também entra em obsolescência acelerada, e nada sobra dela, ao contrário da acumulação baseada na Segunda Revolução Industrial. Isto exige um esforço de investimento sempre além do limite das forças internas de acumulação, o que reitera os mecanismos de dependência financeira externa. (OLIVEIRA, 2003a, p. 139).

Para Oliveira, a revolução molecular-digital unifica totalmente a ciência com a tecnologia, de forma que não há possibilidade de evolução sem que tenhamos uma consonância entre o conhecimento científico e tecnológico. Dessa forma, em meio à terceira revolução industrial, a situação de dependência se intensifica. A ciência e a tecnologia avançam simultaneamente e os países que não possuem capacidade técnico-científica continuam na rabeira do desenvolvimento. E pior, essa constante transformação originada do desenvolvimento tecnológico exige uma intensificação nos índices de investimentos que, por sua vez, necessitam de financiamento externo, reiterando os mecanismos de dependência.

As determinações mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa. A primeira sustentou uma forma de acumulação que financiou a expansão, isto é, o subdesenvolvimento, conforme interpretado na Crítica à Razão Dualista, mas combinando-se com a segunda produziu um mercado interno apto apenas a consumir cópias, dando como resultado uma reiteração não-virtuosa. (OLIVEIRA, 2003a, p. 143).

A combinação de subdesenvolvimento e dependência externa gerou na periferia do capitalismo, segundo Oliveira, um mercado interno incapaz de desenvolver tecnologia. Esse mercado se sustenta na reprodução do padrão de consumo que vive a reboque dos países mais desenvolvidos. Sendo assim, não há um mecanismo de propulsão que permita evoluir esse estágio de desenvolvimento atual.

Segundo Oliveira, a somatória da mundialização do capital com o desenvolvimento técnico-científico tende a perpetuar uma estrutura desigual com má distribuição de renda, uma vez que a produtividade do trabalho aumenta e a quantidade necessária de mão-de-obra se reduz de modo significativo, gerando desemprego e queda na remuneração dos salários.

Para o autor, o mercado criado com a revolução molecular-digital não sofre risco de acumulação por conta desta má distribuição de renda gerada pela forma de expansão capitalista. O autor argumenta que os produtos com um grau de desenvolvimento tecnológico mais avançado conseguem atingir, sem grandes dificuldades, as classes de renda mais baixa. Segundo o autor, “*as florestas de*

antenas, inclusive parabólicas, sobre os barracos das favelas é sua melhor ilustração". (OLIVEIRA, 2003a, p. 144).

No entanto, o problema da desigual distribuição de renda ainda persiste no Brasil. Passados mais de 30 anos desde a publicação do *Crítica à razão dualista*, a má distribuição de renda permanece como um das maiores injustiças produzidas pelo processo de expansão capitalista nacional. Mesmo com a democratização política, a liberação dos sindicatos e a chegada de sindicalistas ao governo, esta situação pouco se alterou.

Francisco de Oliveira relata que o movimento dos trabalhadores iniciados na década de 1970 poderia permitir uma melhor distribuição de renda, porém, já no início de década de 1980 esse movimento de representatividade da classe trabalhadora se arrefeceu, perdendo força social e política. Segundo ele, os trabalhadores antes comprometidos com os interesses da própria classe trabalhadora brasileira, atualmente se transformaram em gestores de fundos públicos.

Através destes argumentos, Francisco de Oliveira defende que há no Brasil a formação de uma nova classe social, constituída justamente por gestores de fundos públicos, porém, devido à suas funções, não podem ser considerados como integrantes da classe trabalhadora.

3.3 Nova classe social

Dentre os argumentos exposto por Francisco de Oliveira em *O ornitorrco*, uma das idéias mais polêmicas e intensamente discutidas foi a tese defendida pelo autor, do surgimento de uma nova classe social no Brasil, evidenciada nos governos de FHC e Lula.

Para Francisco de Oliveira o processo de formação de uma nova classe social no Brasil se inicia a partir da criação dos fundos de pensão de empresas estatais criados pelos militares durante o período da ditadura militar. Nas empresas estatais brasileiras foram constituídos fundos de Previdência privada, como por exemplo, a Previ, Eletros, Petros, e estes fundos foram transformados no FAT (Fundo de

Amparo ao Trabalhador) a partir da Constituição de 1988 e o FAT se transformou na principal fonte de recursos do BNDES.

Quer dizer, o FAT é administrado pelo BNDES, existe um representante das centrais sindicais que se senta no Conselho do BNDES para poder dar palpite sobre o FAT. Foi se criando uma elite de sindicalistas, de operários, de funcionários, que são os gestores desses fundos. (OLIVEIRA, 2003e)

Isto quer dizer que, segundo Oliveira, a principal fonte de recursos para financiamento de acumulação de capital ao longo prazo no Brasil é o FAT, através do BNDES. Para Francisco de Oliveira esses administradores de fundos podem ser denominados com integrantes de uma nova classe social, pois não são nem burguesia, uma vez que não são detentores de empresas privadas, nem pertencem à classe dos trabalhadores, propriamente dita. A função dessa nova classe social é gerir os fundos públicos que não controlados diretamente pela classe burguesa brasileira.

[...] eles não são burgueses propriamente porque eles não têm a propriedade nem eles são gestores das empresas privadas. Eles estão no ponto crucial, onde o capital privado busca recursos para acumular. Esse ponto crucial são os fundos estatais, de um lado, e os fundos institucionais, de outro. Eles viraram administradores de fundos, eles são uma nova classe. (OLIVEIRA, 2003e).

Dessa forma, é possível dizer que para Francisco de Oliveira esta nova classe social está em plena ascensão, uma vez que, formada por ex-sindicalistas e funcionários de partidos políticos, ela exerce uma função importante no processo de desenvolvimento capitalista nacional e permanecerá ativa enquanto existirem os fundos públicos de acumulação, cuja utilização for essencial para promover a expansão da economia brasileira.

Certo é que esta nova classe durante muito tempo fará de tudo para permanecer no comando destes fundos. Conseqüentemente, por um prazo longo, ela vai exercer sua presença física na política. (OLIVEIRA, 2003c).

Como colocado por Oliveira, esta nova classe social exercerá forte influência política no Brasil durante um longo período de tempo, uma vez que ela se encontra

em ponto necessário para o progresso econômico, além disso, esses administradores de fundos possuem interesses em gerir os recursos financeiros provenientes dos fundos, sem compromissos com os interesses dos próprios trabalhadores brasileiros, que são justamente aqueles que contribuem para a formação destes fundos.

Tal simulacro produziu o que Robert Kurz chamou de “sujeitos monetários”: trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego. (OLIVEIRA, 2003a, p. 146).

No caso brasileiro, esses *sujeitos monetários* são responsáveis, por exemplo, pela administração do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) que, como mencionado acima, é um dos maiores fornecedores de recursos para o BNDES. Sabendo que o BNDES é um órgão do governo responsável por financiamento de projetos produtivos, podemos dizer que os recursos provenientes da contribuição da classe trabalhadora estão sendo utilizados atualmente para financiar projetos de reestruturação produtiva que tendem a gerar desemprego.

A nova classe tem unidade de objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semiestatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro. Aqui não se trata de condenação moral, mas de encontrar as razões para o que, para muitos, parece uma convergência de contrários despropositada e atentatória contra os princípios do Partido dos Trabalhadores. (OLIVEIRA, 2003a, p. 148).

Oliveira relaciona o surgimento desta nova classe social à situação política brasileira durante os anos do governo FHC e do governo Lula. Segundo o autor, esta nova classe social está intimamente ligada ao modo de financiamento da acumulação capitalista no Brasil.

Esse fato evidencia uma diferença entre o momento atual e os períodos anteriores analisados por Francisco de Oliveira. Vale dizer que o modo de financiamento da economia brasileira nos períodos anteriores estava associado à inserção de capital externo ou mesmo a uma política de financiamento inflacionário promovida pelo governo. Como vimos, o desenvolvimento deste processo foi o

responsável pela geração dos mecanismos de dependência atualmente existente em nosso país.

No entanto, no cenário atual, a situação é ainda mais curiosa, uma vez que são utilizados os recursos provenientes dos próprios trabalhadores para o financiamento da acumulação capitalista. Isto é, mesmo considerando que, no limite, a classe trabalhadora sempre sustentou o ônus do modo de financiamento capitalista nacional, no estágio atual este processo apresenta uma nova roupagem, nos dando a ilusão de que a classe trabalhadora tem o controle do processo enquanto, na realidade, ela permanece sendo a parte da sociedade mais prejudicada.

Não se trata de contestar os benefícios de um estado democrático, uma vez que foi o processo democrático que permitiu o surgimento desta nova classe, mas sim de elucidar que, mesmo inserindo parte da sociedade brasileira no poder – que historicamente se apresentava defendendo os direitos dos trabalhadores – ainda há, a qualquer custo, um compromisso com o processo de reprodução do capital, mesmo que os benefícios deste processo não sejam distribuídos de modo mais equilibrado entre as classes sociais.

Em síntese, é como dizer que em um país onde os interesses do mercado e do capital são defendidos a qualquer preço, *"a democracia e a República são um luxo que o capital tem que conceder às massas, dando-lhes a ilusão de que controlam os processos vitais, enquanto as questões reais são decididas em instâncias restritas, inacessíveis e ausentes de qualquer controle"* (OLIVEIRA, 2003f).

É isso que explica recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo de Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e intelectuais doublés de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do "mapa da mina". (OLIVEIRA, 2003a, p. 147).

Francisco de Oliveira enfatiza que a similitude entre os projetos de governo apresentados pelo PT e PSDB não é algo contraditório nem ao menos equivocado. Segundo o autor, é o resultado da formação dessa nova classe social, formada por *administradores de fundos* que ao chegar ao poder, pretendem apenas defender a

rentabilidade dos fundos. Um cidadão desavisado poderia pensar que está diante de uma sociedade socialista, uma vez que os fundos públicos são controlados por ex-trabalhadores. Mas a grande ironia não considerada é que esses ex-trabalhadores são utilizados como fonte de recursos que permite a acumulação capitalista.

Um exemplo clássico do comportamento dessa nova classe é relatado em uma nota do seu livro (OLIVEIRA, 2003a, p. 146). Oliveira cita, sem mencionar o nome, um dirigente financeiro da campanha do PT, e ex-tesoureiro da CUT que em sua festa de aniversário teve a presença de grandes empresários e executivos. Alguns dias após a publicação do livro, Francisco de Oliveira em entrevista a um jornal paulistano, afirma se tratar de Delúbio Soares:

Eu usei no 'Ornitorrinco', só não dei o nome, mas todo mundo reconhecerá, esse sr. Delúbio Soares [secretário de Finanças do PT, ex-representante da CUT no conselho de administração do FAT no BNDES]. Esse rapaz era um metalúrgico. Foi a Folha que noticiou, e eu tomei a notícia daí, que o aniversário dele foi comemorado numa fazenda em Goiás, numa festa de arromba, e a reportagem contou 18 jatinhos na tal fazenda. Isso é trabalhador? Ou estamos enganados... Eles se sentem parte do mesmo grupo social, dos mesmos interesses e é por isso que a política brasileira está nesse impasse. Todo mundo é situação. (OLIVEIRA, 2003e).

Curiosamente, mas não por coincidência, esse referido tesoureiro se envolveu no maior escândalo político sofrido pelo Partido dos Trabalhadores até então. Francisco de Oliveira apenas prenunciava o que depois viria a se transformar em manchetes de todos os jornais brasileiros.

No mais, esta aparente contradição do capitalismo brasileiro é apenas mais uma face das tantas outras existentes em nosso país. A coexistência dessas contradições é que faz Francisco de Oliveira afirmar que o *Ornitorrinco* brasileiro é uma evolução truncada. A má distribuição de renda e a completa desigualdade existente no Brasil não permitem uma maior expansão. Devido às contradições internas, estamos condenados a permanecer na rabeira do desenvolvimento capitalista, uma vez que não temos como avançar para um novo modo de acumulação.

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido, e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da

acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as “acumulações primitivas”, tal como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, “acumulação”. (OLIVEIRA, 2003a, p. 150)

3.4 Conclusão

Como foi possível observar neste capítulo, Francisco de Oliveira inicialmente faz uma revisão de sua crítica ao pensamento cepalino ao mesmo tempo em que assume a influência que esta teoria exerceu em sua obra, principalmente no início da década de 1970.

Francisco de Oliveira expõe sua atual interpretação da sociedade brasileira, considerando o contexto de um mundo globalizado e com uma estrutura tecnológica altamente desenvolvida. Segundo o autor, essas características apenas facilitaram a intensificação do processo de concentração de renda e a perpetuação da situação de dependência da economia brasileira.

Oliveira afirma que existe atualmente no Brasil uma nova classe social, formada por administradores de fundos públicos que, embora sejam oriundos da classe trabalhadora, executam funções que permite financiar o processo de acumulação capitalista. Segundo o autor, estes indivíduos buscam apenas maximizar a rentabilidade dos fundos públicos e, com isso, financiam uma reestruturação produtiva que tem por consequência a geração de desemprego. Esta aparente contradição é, na opinião de Oliveira, apenas mais uma das tantas contradições geradas pelo sistema capitalista.

No mais, percebemos que na análise produzida por Francisco de Oliveira estão sempre inseridas as consequências das aparentes contradições existentes na estrutura econômica nacional. Na realidade, desde a produção do ensaio *Crítica à razão dualista* até a publicação do *O Ornitorrinco*, Oliveira se preocupa em nos relatar como as contradições geradas pelo modo de reprodução capitalista no Brasil coexistem e se relacionam, ao mesmo tempo em que expõe as implicações destas contradições para a evolução de todo o processo de desenvolvimento capitalista nacional.

Como colocado por Leda Paulani, *O ornitorrinco* é, com trinta anos de intervalo, praticamente uma confirmação das teses defendidas pelo autor no *Crítica à razão dualista*, no que se refere a existências das contradições e coexistência dos opostos.

O Brasil é esse Ornitorrinco para o Chico. Esse Ornitorrinco que deixa à vista o resultado objetivo, concreto e monstruoso de cada solução da modernidade que o país experimenta. A cada nova rodada, direta ou indiretamente imposta ao país pelo desenvolvimento capitalista mundial – sempre executada com presteza pelas classes dominantes internas – nós ficamos mais modernos e profundamente mais atrasados. Produz-se um resultado paradoxal, em que seríamos mais modernos se mais atrasados estivéssemos. É essa a dinâmica brasileira, que Chico mostra e “remonstra” o tempo todo, em cada momento da história brasileira. Essa dinâmica só se explica, na realidade, e para nossa infelicidade (como brasileira eu torceria para que ele não estivesse tão certo assim), só ratifica a correção da *Crítica à razão dualista* que ele esboçou há três décadas. (PAULANI, 2006, p. 122).

Podemos considerar *O ornitorrinco* como um trabalho que exemplifica a terceira fase da obra de Francisco de Oliveira, uma vez que o autor expõe neste ensaio, suas conclusões construídas nos estudos em que se dedicou durante os últimos anos. Trata-se de um resgate de teses sustentadas em trabalhos divulgados nos últimos anos.

Na realidade, neste período, Oliveira busca compreender o atual do processo de expansão capitalista e para isso, defende a necessidade de se construir uma crítica radical ao atual processo de expansão capitalista mundial, considerando as mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, principalmente no que se refere à mundialização financeira e ao intenso desenvolvimento tecnológico e científico.

Como vimos, trata-se de uma obra em curso e cujos argumentos expostos por Francisco de Oliveira, contribuíram para inserir novos elementos para a compreensão da realidade brasileira, desencadeando um debate acadêmico em torno das idéias apresentadas no *O ornitorrinco*.

As conclusões produzidas por Francisco de Oliveira em *O ornitorrinco* não são nada animadoras, o cenário descrito pelo autor parece não indicar alternativas para a superação dos problemas apresentados pelo processo de evolução

capitalista no Brasil. *O ornitorrinco* é, nas palavras do próprio autor, “o *ultimo esforço desesperado de pelo menos caricaturar o que não conheço nem tenho capacidade de formular teoricamente.*” (OLIVEIRA, 2006, p. 247). Este trabalho pode ser visto como uma tentativa irônica de Oliveira de instigar o debate a respeito de uma compressão ampla da realidade econômica nacional. Não somente isso, como também é uma afirmação da honestidade intelectual do autor.

Enfim, como vimos em *O ornitorrinco*, Francisco de Oliveira não apresenta uma interpretação radical do processo de expansão capitalista atual, ainda assim, embora a resposta não tenha sido concedida, os argumentos exposto pelo autor neste trabalho contribuiu para evidenciar os problemas gerados pela expansão desenfreada do capitalismo brasileiro. Exatamente por este motivo que Francisco de Oliveira insiste em destacar a urgência em se construir uma teoria crítica radical de nossa sociedade atual.

CONCLUSÃO

O estudo da história econômica brasileira é essencial para que possamos compreender o processo de evolução da economia nacional. Como foi observado neste trabalho, a obra de Francisco de Oliveira pode ser considerada uma importante ferramenta de estudo do processo de expansão capitalista brasileiro por tratar-se de uma produção que percorreu diversos períodos de nossa história econômica.

Como vimos no capítulo 1, inicialmente Francisco de Oliveira expõe suas concepções ao analisar criticamente os teóricos cepalinos, principalmente Celso Furtado. Essa crítica não procurava negar totalmente a contribuição da teoria cepalina para o entendimento da realidade brasileira, porém pretendia demonstrar as falhas dessa interpretação quando deixou de considerar alguns fatos ocorridos no âmbito das relações internas da economia, como por exemplo, a importância do Estado no processo de acumulação capitalista. No seu entender, este teria efetuado políticas de planejamento, intervindo na economia real com forte investimento e regulando a relação capital-trabalho. Dessa forma, Francisco de Oliveira discordava da tese cepalina-furtadiana, de que o desenvolvimento capitalista brasileiro ocorreu de maneira espontânea e devido a impulsos externos, com pouca influência do Estado.

Outro aspecto fortemente questionado por Francisco de Oliveira foi a afirmação cepalina de que existiria um antagonismo na coexistência de setores modernos e arcaicos em uma mesma estrutura econômica. Para Oliveira, a inter-relação entre os setores arcaicos e modernos foi a forma pela qual se sustentava a expansão do sistema capitalista brasileiro, que utilizou a própria desigualdade para se reproduzir. Segundo Francisco de Oliveira, o desenvolvimento capitalista nacional foi intensamente concentrador de renda e essa concentração permitiu a manutenção do processo de acumulação de capital.

Considerando as argumentações de Francisco de Oliveira, podemos afirmar que sua crítica ao pensamento dualista cepalino foi fortemente influenciada pela

teoria da dependência e por uma teoria marxista não dogmática, muito influente no meio acadêmico à qual Oliveira pertencia.

Quanto à crítica formulada por Francisco de Oliveira ao projeto de desenvolvimento do Nordeste brasileiro feito por Celso Furtado, argumentamos que Furtado regionalizou os conceitos cepalinos para o contexto da economia brasileira. Neste sentido, as críticas feitas por Oliveira seguiram na mesma direção, ou seja, o autor utilizou o mesmo arsenal teórico marxista para criticar a interpretação regional de Celso Furtado.

Dessa forma, podemos então afirmar que na primeira fase de sua obra, em que Francisco de Oliveira produziu uma crítica ao pensamento cepalino-furtadiano, o autor permitiu a construção de uma nova forma de interpretar o processo de expansão do capitalismo no Brasil, contribuindo imensamente para a compreensão da realidade socioeconômica nacional.

No capítulo 2, analisamos uma série de artigos produzidos por Francisco de Oliveira e compilados em seu livro *A economia da dependência imperfeita* (1989). Nesse período, que denominamos como a segunda fase da obra de Oliveira, fica evidente que o autor tem por objetivo principal compreender e explicitar as especificidades do desenvolvimento capitalista brasileiro, assim como elucidar as características do padrão de evolução do modo de acumulação capitalista nacional entre as décadas de 1950 e 1970.

Francisco de Oliveira afirma que para facilitar o processo de acumulação capitalista brasileiro, houve a necessidade de homogeneizar o espaço econômico nacional, porém, esse processo intensificou as desigualdades entre as demais regiões do Brasil, de maneira que, o Sudeste se desenvolveu em detrimento das outras regiões, que foram utilizadas como áreas de acumulação primitiva e deram sustentação ao processo de expansão capitalista nacional.

Oliveira mostrou as formas de financiamento da acumulação capitalista no Brasil, que ora utilizou-se de excedentes do setor agroexportador e ora utilizou-se de capital estrangeiro. O autor produziu uma análise departamental da economia brasileira, seguindo o esquema marxista, e explicitou as disparidades interdepartamentais existentes na formação dos diversos setores da economia nacional.

Dentre as principais especificidades apontadas por Francisco de Oliveira quanto ao desenvolvimento capitalista brasileiro, podemos citar primeiramente as consequências de um processo de industrialização que “queima etapas” e que utilizou tecnologias oriundas dos países centrais para aumentar a produtividade da classe trabalhadora dos países periféricos, sem que esses ganhos fossem repassados para os salários.

Outra característica específica do capitalismo brasileiro foi ter incentivado o desenvolvimento do Departamento III sem que o Departamento I estivesse totalmente desenvolvido. Essa característica gerava uma crise no balanço de pagamentos devido ao aumento das importações de bens de capital que não eram produzidos internamente. Esse processo de importação de bens de capital das economias centrais desestimulava, por sua vez, o desenvolvimento do Departamento I nas economias periféricas. Além disso, Oliveira ressaltou que o Departamento III foi desenvolvido utilizando capital estrangeiro que necessitava repassar os lucros para o exterior, transferindo boa parte dos ganhos das economias periféricas para as economias centrais e acentuando, assim, o problema do balanço de pagamentos. Para financiar o déficit no Balanço de Pagamento, o governo recorria ao endividamento externo, o que intensificava o processo de dependência econômica.

Francisco de Oliveira faz questão de destacar a importância que o Estado possuiu no processo de expansão capitalista brasileiro, não só institucionalmente como também se comportando como agente econômico direto, investindo em setores estratégicos.

Segundo Oliveira, a partir do início do regime militar, o Estado autoritário compôs uma nova relação de força com o capital privado e o capital estrangeiro. Neste cenário o Estado não tinha mais a obrigatoriedade de manter o compromisso anterior com as classes sociais subordinadas, presente durante o pacto populista, e essa posição política facilitou o avanço do processo de expansão capitalista nacional, intensificando a formação de uma estrutura monopolística dentro da economia brasileira.

Assim, podemos dizer que nessa segunda fase de sua obra, Francisco de Oliveira explicita as especificidades do capitalismo brasileiro ressaltando suas consequências para o desenvolvimento nacional, principalmente no que se refere à

situação de dependência frente às grandes economias mundiais e ao intenso processo de concentração de renda, que produziu uma enorme desigualdade na estrutura econômica brasileira.

Por fim, no capítulo 3, discutimos o último grande trabalho de Francisco de Oliveira, *O ornitorrinco* (2003) que marca, no nosso entender, a terceira fase de sua obra. Nesse ensaio – que pode ser visto como o resultado das reflexões mais recentes de Oliveira a respeito da economia brasileira – verificamos uma inquietação do autor com relação ao atual estágio da evolução capitalista brasileiro.

Oliveira, nesta terceira fase de sua produção teórica, busca descrever a situação do capitalismo brasileiro nas últimas décadas do século XX e logo no início do século XXI. O autor busca influências nas mais diversas correntes do pensamento crítico mundial, recorrendo inclusive, aos teóricos da chamada escola de Frankfurt, para tentar produzir uma crítica abrangente e que corresponda à complexidade da realidade econômica e social brasileira.

Francisco de Oliveira insiste na tese de que não há uma compreensão total dos rumos do sistema capitalista e, seguindo o conselho do sociólogo francês Henri Lefèbvre, que dizia que a ironia deveria substituir a teoria enquanto essa não estiver formulada, Oliveira recorre à figura do animal *ornitorrinco* para construir uma análise irônica e metafórica da economia brasileira.

Segundo o autor, o capitalismo brasileiro possui características singulares, unindo setores absolutamente desenvolvidos com setores totalmente arcaicos. Trata-se de uma coexistência de extremos que impede a superação da condição de economia dependente.

Considerando o atual cenário de expansão do sistema capitalista, que se reproduz facilitado pelo processo de mundialização do capital e do grande avanço tecnológico ocorrido nas últimas décadas, Oliveira afirma que a única maneira de superar a situação de dependência está no desenvolvimento técnico-científico, que exige uma intensificação dos níveis de investimentos nesta área. Porém, essa exigência gera uma curiosa situação: os países que se encontram na periferia do capitalismo não possuem recursos para investimentos e necessitam de endividamento externo, reiterando a sua condição de economia periférica e dependente.

Além disso, nos países da periferia do capitalismo, também não há bases internas de acumulação que possam financiar este processo, devido à desigual distribuição de renda e ao fraco mercado interno. Não obstante, esse investimento, por conter forte avanço tecnológico, produz desemprego que impede um processo de redistribuição de renda. Isto é, as economias periféricas possuem uma evolução truncada e os mecanismos atuais de expansão capitalista apenas perpetuam os países da periferia do capitalismo na condição de dependência frente aos centros econômicos mundiais.

Enfim, Francisco de Oliveira apresenta sua interpretação da realidade brasileira na primeira década do século XXI e chega a conclusões nada otimistas. De fato, o pessimismo é uma característica muito presente nos últimos trabalhos de Oliveira, porém, esse pessimismo não tem por objetivo ratificar a vitória do capitalismo e entregar-se diante da atual situação social, mas sim o contrário. Oliveira busca demonstrar a gravidade das consequências geradas pela expansão do sistema capitalista, com o intuito de que todos, cientes das mazelas produzidas por este sistema, tomem consciência da necessidade de compreendê-lo para que possamos superá-lo.

Diversas foram as contribuições de Francisco de Oliveira para a construção da economia política brasileira, porém, deve-se ressaltar as características em comum existentes nas três fases de sua produção teórica. Isto é, em todos os períodos de sua obra, Oliveira busca uma interpretação diferenciada do desenvolvimento capitalista brasileiro, considerando conjuntamente os aspectos sociais, econômicos e políticos, assim como, busca explicitar as características específicas do desenvolvimento capitalista da economia nacional. Além disso, fica evidente em todos os seus trabalhos, a insistência em enfatizar as consequências geradas pela má distribuição de renda e pelas demais desigualdades existentes no sistema capitalista brasileiro.

Oliveira repete, incessantemente, que a função do intelectual é executar “o *exercício da crítica*”. Foi utilizando a crítica como sua maior ferramenta que Francisco de Oliveira construiu toda sua análise da economia brasileira. Para cada período estudado da economia brasileira, ele soube contribuir com uma abordagem diferenciada que acrescentou elementos importantes à discussão econômica, política e social brasileira. Assim, podemos afirmar que Francisco de Oliveira foi

contemporâneo de seu tempo, interpretando e teorizando no próprio momento em que os fatos ocorreram.

No mais, podemos dizer também que as reflexões de Francisco de Oliveira enfatizam a necessidade de que a análise econômica deve ser ampla, radical, e não ignorar os demais movimentos da sociedade como um todo. Embora suas conclusões pareçam amargas, principalmente para aqueles que não compreendem a função da crítica, e mesmo considerando que a história não nos permita um ingênuo otimismo, em tempo de desesperanças não podemos nos esquecer da máxima escrita por Milton Nascimento, compositor mineiro, negro da cor do nosso Brasil: *“luto para viver / vivo para morrer / enquanto a minha morte não vem / eu vivo de lutar contra o rei”*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro : Editora Campos / Elsevier, 1990.

BAVA, Silvio Caccia. **Francisco de Oliveira, um militante**. In: RIZEK, Cibele Saliba & ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2006.

BELLO, Carlos Alberto. **A economia política de Francisco de Oliveira e as expansões e crises econômicas brasileiras**. In: RIZEK, Cibele Saliba & ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1988.

_____, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro : Record, 2000.

CARDOSO, Ferdinando Henrique & FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1970.

FIGUEIREDO, Ferdinando. As transformações do pós-guerra e o pensamento econômico da CEPAL. **Revista de Economia Política**, vol. 10, n.4 (40), out./dez. 1990, p. 138-150.

FURTADO, Celso. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro : ISEB, 1959.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 11.ed. São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1972.

_____. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. **Revista econômica do Nordeste**, 2.ed. v.10, 1979.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 3.ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968.

GUIMARÃES, Juarez. **A Crítica à razão dualista e os impasses do republicanismo**. In: RIZEK, Cibele Saliba & ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2006.

KUZNETS, Simon. **Crecimiento económico y estructura económica**, Barcelona : Gustavo Gili, 1970.

MAAR, Wolfgang Leo. **A Teoria Crítica da Sociedade brasileira de Francisco de Oliveira**. In: RIZEK, Cibele Saliba & ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2006.

MANTEGA, Guido. **A economia política Brasileira**. 5.ed. Petrópolis : Vozes, 1990.

MANTEGA, Guido & REGO, José Márcio (Org.). **Conversas com economistas brasileiros (II)**. 1 ed. São Paulo : Editora 34, 1999.

MALAN Pedro, & PEREIRA, Jose Eduardo de Carvalho. **A Propósito de uma reinterpretação do desenvolvimento brasileiro desde os anos 30**. Rio de Janeiro: IUPRJ, 1973.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. vol. I, 26^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NETO, João Cabral de Melo. **Morte e vida Severina e outros poemas para vozes**. 34^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

NEVES, Bruno Miranda. Brasil: mundialização do capital e reiteração do ornitorrinco. **Revista Urutágua**, Paraná, n. 16, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/3535/3283>> Acesso em: 25 jan. 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 4. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1989.

_____. **A navegação venturosa, ensaios sobre Celso Furtado**. 1 ed. São Paulo : Boitempo, 2003b.

_____. (Org.) **Celso Furtado: economia**. 1.ed. São Paulo : Ática, 1983.

_____. **Crítica à razão dualista - O ornitorrinco**. 1.ed. São Paulo : Boitempo, 2003a.

_____. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes**. 1.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

_____. **Estado de sítio**. FFLCH-USP, 23 ago.2006. Palestra ministrada aos professores, alunos e funcionários da Universidade de São Paulo – USP.

_____. **Francisco de Oliveira vincula reforma a interesses do mercado**. Campinas, Jornal da Unicamp, 18 ago. 2003d. Entrevista a Clayton Levi.

_____. Lula é refundação do Brasil, diz sociólogo. **Folha Online**. Caxambu. 29 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41794.shtml>>. Acesso em 14 jan. 2011.

_____. **Nova classe social comanda governo Lula**. São Paulo, Jornal Folha de São Paulo, 22 set. 2003e. Entrevista a Rafael Cariello.

_____. **O silêncio dos intelectuais**. Rio de Janeiro, Teatro Maison de France, 29 ago.2005. Palestra ministrada em evento promovido pelo Ministério da Cultura.

_____. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis : Vozes, 1998.

_____. **Oração a São Paulo. A tarefa da crítica.** In: RIZEK, Cibebe Saliba & ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2006.

_____. Uma Nova Classe para gerenciar o sistema e uma Nomenclatura para controlar o PT. **Revista Crítica Social.** São Paulo. Nov. 2003c.

_____. Uma Autonomia do BC esvazia Lula, diz sociólogo. **Revista Geografia e conjuntura.** São Paulo. Fev. 2003f. Disponível em: <<http://geografiaeconjuntura.sites.uol.com.br/brasil/br31.htm>>. Acesso em 26 jan. 2011.

PAULANI, Leda. **Arte de Francisco.** In: RIZEK, Cibebe Saliba & ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2006.

PAULANI, Leda. **Capitalismo financeiro e estado de emergência econômico no Brasil: o abandono da perspectiva do desenvolvimento.** Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/713Paulani.pdf> Acesso em 14 dez. 2010.

PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais.** In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro : Record, 2000.

RIZEK, Cibebe Saliba & ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). **Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica.** Belo Horizonte : Editora UFMG, 2006.

RODRIGUES, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética: precedido por questões de método.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo de FHC.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2001.

SCHWARZ, Roberto. **Prefácio com perguntas.** In: OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista - O ornitorrinco.** 1.ed. São Paulo : Boitempo, 2003.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução Russa.** Vol. 1, Rio de Janeiro : Saga, 1967.

TAVARES, M. C. & SERRA, José. **Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil.** In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL.* Rio de Janeiro : Record, 2000. p. 589-608.

VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964).** São Paulo : Educ, 2007.